

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Ciência da Informação

Curso de Graduação em Biblioteconomia

CATALOGAÇÃO EM RDA: PERSPECTIVAS DE USO NA AMÉRICA LATINA

Alice da Silva dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki

Brasília
2021

Alice da Silva dos Santos

CATALOGAÇÃO EM RDA: PERSPECTIVAS DE USO NA AMÉRICA LATINA

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki

Brasília
2021

S237c

Santos, Alice da Silva dos.

Catálogo em RDA: perspectivas de uso na América Latina / Alice da Silva dos Santos. - Brasília, 2021

71 f. : il. color.

Orientação: Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Graduação em Biblioteconomia, 2021.

1. Catálogo. 2. RDA. 3. Recurso: Descrição e Acesso.
I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Catalogação em RDA: perspectivas de uso na América Latina.

Autor(a): Alice da Silva dos Santos


Monografia apresentada remotamente em **29 de abril de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.


Orientador(a) (FCI/UnB): Felipe Augusto Arakaki

Membro Interno (FCI/UnB): Simone Bastos Vieira


Membro Externo (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ):
Marcelo Votto Teixeira


Em 03/05/2021.

	Documento assinado eletronicamente por Simone Bastos Vieira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação , em 05/05/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.
---	---

	Documento assinado eletronicamente por Felipe Augusto Arakaki, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação , em 05/05/2021, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.
---	---

	Documento assinado eletronicamente por Alice da Silva dos Santos, Usuário Externo , em 06/05/2021, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.
---	--

	Documento assinado eletronicamente por Marcelo Votto Texeira, Usuário Externo , em 12/05/2021, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.
--	--

	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador 6625297 e o código CRC 84843679 .
---	--

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por me permitir viver experiências transformadoras e valiosas como a de realizar este curso de graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília (UnB).

Agradeço a minha família por me incentivar a estudar e a batalhar pela minha carreira, assim como pelos valores que me ensinaram e o exemplo de vida que me demonstram.

Aos meus sobrinhos por trazerem boas risadas para os meus dias, e me lembrarem de apreciar a vida através dos olhos de uma criança.

À todas as pessoas que de alguma forma possibilitaram que eu alcançasse meus objetivos e sonhos, e que contribuíram para que eu me tornasse quem sou atualmente.

Um agradecimento especial para o professor Felipe Arakaki, o qual me orientou durante o processo de elaboração deste trabalho de forma paciente e bem-humorada.

Para a minha irmã Ana Beatriz, por ser uma companheira constante e me presentear com a sua amizade e compreensão.

E, por fim, agradeço a minha melhor amiga Luana Oliveira por estar sempre presente na minha vida, por ser uma inspiração e uma fonte de forças para mim.

“O progresso fundamental tem a ver com a reinterpretação de ideias básicas.”

(Alfred Whitehead)

RESUMO

O Recurso: Descrição e Acesso (RDA) caracteriza-se como o código de catalogação atual. O objetivo principal é averiguar quais instituições latino-americanas adotaram o RDA e avaliar ademais seus impactos na catalogação. Apresenta ainda a evolução do RDA ao descrever um panorama histórico da catalogação, demonstra como a estrutura do código está formada, quais possibilidades ele oferece, além de indicar as diferenças entre o Recurso: Descrição e Acesso e o Código de Catalogação Anglo-Americano - segunda edição (AACR2r). Discute ainda os efeitos do código vigente no futuro da catalogação. Os procedimentos metodológicos consistem em um estudo qualitativo e exploratório, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e utilizando uma análise sistemática dos dados obtidos. Os resultados obtidos foram: panorama de instituições latino-americanas que adotaram o RDA como instrumento de representação dos registros bibliográficos em suas bibliotecas ou em seus cursos de Biblioteconomia, assim como, uma demonstração dos principais fatores percebidos nesse processo. As considerações finais foram estabelecidas a partir da realização dos objetivos deste trabalho, bem como da reflexão sobre o conteúdo por ele apresentado, o qual oportuniza uma perspectiva conceitual sobre o Recurso: Descrição e Acesso, sua adoção na América Latina, e o que foi observado pelas instituições nesse processo.

Palavras-chave: Recurso: Descrição e Acesso. RDA. Catalogação. América Latina. Código de Catalogação Anglo-Americano - segunda edição.

RESUMEN

El Recurso: Descripción y Acceso (RDA) se caracteriza como el estándar de catalogación actual. El presente trabajo, cuyo principal objetivo es conocer qué instituciones latinoamericanas están trabajando con el estándar, también evalúa sus impactos en la catalogación. Presenta además la evolución del estándar al describir un panorama histórico de la catalogación, demuestra cómo se forma la estructura del estándar, qué posibilidades ofrece, indica las diferencias entre Recurso: Descripción y Acceso y su antecesora, las Reglas de Catalogación Angloamericanas - segunda edición (RCA2), y analiza los efectos de lo código vigente en el futuro de la catalogación. Los procedimientos metodológicos consisten en un estudio cualitativo y exploratorio, desarrollado a través de la investigación bibliográfica y utilizando un análisis sistemático de los datos obtenidos. Los resultados adquiridos permitirán visualizar las instituciones latinoamericanas que han adoptado el estándar de catalogación vigente en sus bibliotecas o en sus cursos de Bibliotecología, así como demostrará los principales factores percibidos en este proceso. Las consideraciones finales fueron establecidas a partir de la concreción de los objetivos de este trabajo, así como de la reflexión sobre el contenido presentado por el mismo, que brinda una perspectiva conceptual sobre Recurso: Descripción y Acceso, su adopción en América Latina, y lo observado por las instituciones en este proceso.

Palabras clave: Recurso: Descripción y Acceso. RDA. Catalogación. América Latina. Reglas de Catalogación Angloamericanas - segunda edición.

ABSTRACT

Resource: Description and Access (RDA) is characterized as the current cataloging standard. The present work, whose main objective is to find out which Latin American institutions are working with the standard, also assesses its impacts on cataloging. It also presents the evolution of the standard when describing a historical overview of cataloging, demonstrates how the structure of the standard is formed, what possibilities it offers, indicates the differences between Resource: Description and Access and its predecessor, the Anglo-American Cataloging Rules - second edition (AACR2), and discusses the effects of the current standard in the future of cataloging. The methodological procedures consist of a qualitative and exploratory study, developed through bibliographic research and using a systematic analysis of the data obtained. The acquired results will allow the visualization of Latin American institutions that have adopted the current cataloging standard in their libraries or in their Library Science courses, as well as demonstrating the main factors perceived in this process. The final considerations were established by accomplishing the objectives of this work, as well as from the reflection on the content presented by it, which provides a conceptual perspective on Resource: Description and Access, its adoption in Latin America, and what was observed by the institutions in this process.

Keywords: Resource: Description and Access. RDA. Cataloging. Latin America. Anglo-American Cataloging Rules - second edition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Diferenças entre os modelos conceituais envolvidos com o RDA	32
Quadro 2 - Registro bibliográfico (Livro)	37
Quadro 3 - Registro de autoridade	38
Quadro 4 - Ano em que as instituições começaram a trabalhar com o RDA	62
Quadro 5 - Análise sobre a adoção do RDA	63

LISTA DE SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> (Código de Catalogação Anglo-Americano)
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules 2nd edition</i> (Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição)
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BCN	<i>Biblioteca del Congreso Nacional de Chile</i> (Biblioteca do Congresso Nacional do Chile)
BNC	<i>Biblioteca Nacional de Colombia</i> (Biblioteca Nacional da Colômbia)
BNMM	<i>Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina</i> (Biblioteca Nacional Mariano Moreno da República Argentina)
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i> (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade)
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i> (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos)
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i> (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade do Assunto)
ICP	<i>International Cataloguing Principles</i> (Princípios Internacionais de Catalogação)
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i> (Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições)
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i> (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada)
JSC RDA	<i>Joint Steering Committee for Development of RDA</i> (Comitê de Direção Conjunta para o desenvolvimento do RDA)
LC	<i>Library of Congress</i> (Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos)
LRM	<i>Library Reference Model</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i> (Catalogação legível por computador)
MARC 21	<i>Machine Readable Cataloging 21st century</i> (Catalogação legível por computador século 21)
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RDA	<i>Resource Description and Access</i> (Recurso: Descrição e Acesso)
RSC	<i>RDA Steering Committee</i> (Comitê de Direção do RDA)
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNAM	<i>Universidad Nacional Autónoma de México</i> (Universidade Nacional Autônoma do México)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 TEORIA DE BASE	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.1 ETAPAS DO TRABALHO	21
3 REVISÃO DE LITERATURA	23
3.1 SURGIMENTO DO RDA	27
3.2 ESTRUTURA DO RDA	32
3.3 AS POSSIBILIDADES DO RDA NA CATALOGAÇÃO	38
4 O RDA NA AMÉRICA LATINA	42
4.1 O RDA NA ARGENTINA	44
4.2 O RDA NO CHILE	47
4.3 O RDA NA COLÔMBIA	48
4.4 O RDA NO MÉXICO	50
4.5 O RDA NO BRASIL	53
4.5.1 O RDA EM CAXIAS DO SUL	53
4.5.2 O RDA NA EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO (RIO GRANDE DO SUL)	55
4.5.3 O RDA NA EXPERIÊNCIA DOS BIBLIOTECÁRIOS DE SANTA CATARINA	56
4.5.4 O RDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF - MINAS GERAIS)	57
4.5.5 EXPERIÊNCIA DE ENSINO DO RDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	58
4.5.6 EXPERIÊNCIA DE ENSINO DO RDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	59
4.6 ANÁLISE DOS DADOS	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Na história da Catalogação, a preocupação com a organização e registro do Conhecimento remonta desde os antigos babilônios e egípcios, os quais escreviam em tabletes de argila e papiro, respectivamente, utilizando informações como título, volume, e até o nome do escriba como forma de distinguir as diferentes obras.

A Catalogação, também conhecida como Representação Descritiva ou Catalogação Descritiva, segue determinados padrões que foram criados de forma a fornecerem uma padronização para a inserção, representação, disseminação e recuperação dos dados nos catálogos físicos e virtuais.

Com o desenvolvimento das tecnologias e da *web*, tornou-se necessário que as técnicas de catalogação fossem adaptadas a essas estruturas. Assim os modelos conceituais surgiram para “[...] possibilitar uma melhor compreensão dos registros bibliográficos, seja para o catalogador ou seja para a busca do usuário em qualquer ambiente informacional.” (AGANETTE; TEIXEIRA; AGANETTE, 2017, p. 179). Além disso, os modelos e códigos tornam o processo de catalogação mais simples ao padronizá-lo.

Na contemporaneidade, os padrões e modelagens para descrição poderão variar a depender do material (livros, vídeos, músicas, entre outros). O Recurso: Descrição e Acesso (RDA) foi construído a partir do Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2) e dos modelos conceituais Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades (FRAD), e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade do Assunto (FRSAD). Segundo Silva e Hübner (2019), no RDA ocorrem a

[...] definição de entidades que representam a produção do trabalho intelectual ou artístico de uma pessoa, grupo ou família. Essas entidades são divididas em obra, expressão, manifestação e item. Cada entidade possui um conjunto de atributos descritivos. (SILVA; HÜBNER, 2019, p. 42).

O AACR2, segundo Silva e Hübner (2019) constitui-se em um código organizado por capítulos que abordam diferentes categorias de documentos, estes representados por oito áreas responsáveis por ordenar os dados bibliográficos e sua apresentação, seguindo o *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). O FRBR, por sua vez, é uma estrutura ou modelo conceitual que organiza os dados bibliográficos com base no modelo entidade-relacionamento, aplicado na construção de bases de dados. Já o FRAD, segundo Modesto (2014) pode ser compreendido como “O modelo conceitual que dá sustentação ao controle de autoridade na nova perspectiva da catalogação bibliográfica [...]”, e o qual “[...] define os requisitos

funcionais a serem incluídos nos registros de autoridade que facilitem seu intercâmbio.” (MODESTO, 2014). O FRASAD, por sua vez, volta-se para a definição das entidades *thema* e *nomen* em seu relacionamento com a entidade obra no universo bibliográfico.

Como estabelecido anteriormente, o desenvolvimento tecnológico levou à necessidade de mudanças no trabalho dos catalogadores. Agora, além das funções primárias (tratar, registrar e organizar a informação) executadas anteriormente, o catalogador deve se preocupar principalmente em proporcionar uma melhor recuperação da informação para os seus usuários, dessa forma “[...] uma revisão para ir ao encontro das novas necessidades conceituais e formais da descrição bibliográfica era necessária, não sendo possível apenas uma revisão de regras existentes já estabelecidas nas AACR2.” (SILVA *et. al.*, 2012, p. 114). Desenvolveu-se então uma revisão dos princípios de catalogação, o que por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento do RDA, que substituirá o AACR2.

Desta forma, houve a necessidade de elaborar um estudo para determinar como estão estabelecidas as pesquisas sobre o RDA na América Latina, pois, especialmente no Brasil o uso do AACR2 ainda se encontra presente, demonstrando que é indispensável avaliar a atualização normativa em nossas bibliotecas. Nesse sentido, o problema de pesquisa é: Como estão estabelecidas as pesquisas e a implementação do RDA na América Latina?

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho, foi identificar instituições latino-americanas que adotaram o RDA como diretriz para descrição de recursos informacionais, e verificar o impacto do código nos processos de catalogação.

Os objetivos específicos foram:

- Apresentar brevemente a evolução histórica da catalogação e os elementos que levaram ao desenvolvimento do RDA;
- Analisar a estrutura do código vigente, suas diferenças quanto ao AACR2, e as possibilidades oferecidas pelo RDA para a representação de recursos informacionais;
- Elencar e analisar os relatos de instituições latino-americanas que implementaram o RDA;
- Formar considerações e indicar questões a serem observadas após a conclusão dos objetivos anteriormente apresentados.

1.2 JUSTIFICATIVA

Durante o período de graduação no curso de Biblioteconomia, identificou-se um interesse acentuado pelas disciplinas relacionadas à organização da informação, em especial, de Catalogação. A partir da elaboração de um projeto de iniciação científica sobre o Recurso: Descrição e Acesso (RDA), percebeu-se a oportunidade de desenvolver um trabalho mais aprofundado sobre o tema em forma de monografia.

Dessa forma, com base em autores como Chris Oliver (2010), Raquel Bernadete Machado (2015) e Raildo de Sousa Machado (2020), pretende-se desenvolver uma pesquisa que possa atualizar as informações acerca dos conhecimentos e da aplicação do RDA na América Latina.

A pesquisa possibilitou um aprofundamento teórico sobre as novas diretrizes de catalogação para seus leitores, assim como uma indicação de instituições da América Latina que já adotaram o RDA. Acredita-se, ainda, que o trabalho pode ser aporte teórico-metodológico para a implementação do RDA em bibliotecas, ao oferecer subsídios como um guia para bibliotecas que queiram consultar iniciativas de implementação do RDA na América Latina e que desejem adotá-lo em suas instituições. Por fim, o estudo corrobora como uma demanda de conteúdos a serem incorporados às disciplinas de catalogação, pois apresenta relatos de instituições que efetivaram o ensino do RDA e evidencia a importância da inserção curricular desse conteúdo nos cursos de Biblioteconomia na América Latina.

1.3 TEORIA DE BASE

Com os apontamentos sobre a pesquisa elucidados, salienta-se que a teoria de base possibilitou a discussão e o aprofundamento teórico sobre a temática. Nesse sentido, apresentam-se a seguir alguns estudos que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

O artigo “*A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais*”, de Aganette, Teixeira e Aganette (2017), contribuiu para a contextualização inicial necessária ao desenvolvimento desta pesquisa. As autoras descrevem a trajetória da informação e o desenvolvimento das formas de representá-la, discutindo o ambiente informacional atual e ressaltando a importância da preparação do profissional da informação nesse novo contexto. Além disso, destacam a importância da tomada de decisão e da adaptação quanto aos novos modelos disponíveis para o processo de catalogação. Como resultados de seu estudo, as autoras concluem, que os principais marcos modernos da catalogação foram o AACR, o MARC e os metadados. Outrossim, que o RDA fomentado pelo

levantamento automático de metadados, surgiu então para contribuir com o trabalho dos catalogadores diante das novas tecnologias, mídias, demandas, suportes e recursos, por exemplo.

Outro trabalho importante para o desenvolvimento desta pesquisa, foi o artigo “*Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA)*”, de Silva *et al.* (2012). O artigo conceituou do que se trata o RDA, como ele foi criado e estruturado, e também, aborda as diferenças entre ele e o AACR2. Segundo as autoras, o RDA “[...] é a nova norma de catalogação que foi desenvolvida com a pretensão de substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior e é pensada para os conteúdos no ambiente digital.” (SILVA *et al.*, 2012, p. 114).

O RDA foi criado a partir dos modelos conceituais FRBR e FRAD, os quais baseiam-se no modelo entidade-relacionamento, permitindo a formação de relacionamentos entre as entidades (pessoas, conceitos, entre outros) e seus atributos (características). Sobre a estrutura do RDA, destacam-se suas diferenças com o AACR2: O RDA é acessado por meio da *Web*, oferecendo recursos e suporte para os catalogadores; e é também organizado por capítulos, pelos quais os usuários podem compreender os objetivos de cada tarefa do código. Outra diferença importante ressaltada por Silva *et al.* (2012), refere-se à indicação de responsabilidade de uma obra com quatro ou mais autores: Diferentemente do AACR2, no RDA deve-se mencionar todos os autores responsáveis pela obra como pontos de acesso principais, de forma que quando o usuário pesquisar por qualquer um deles, os encontrará mais rapidamente. Posteriormente, as autoras especulam sobre o presente e o futuro da aplicação do RDA nas bibliotecas. Para isso, avaliaram os resultados obtidos pelo Comitê Coordenador do teste do RDA em bibliotecas norte-americanas (2011), e citaram a pesquisa de Modesto (2011) a qual aborda a transição entre o AACR2 e o RDA, as mudanças que esse processo acarretaria, e questões sobre a implementação do RDA nas bibliotecas brasileiras.

Silva *et al.* (2012), concluem que as novas tecnologias levaram a uma redefinição do catálogo bibliográfico, em que o usuário pode encontrar as informações que busca de uma forma mais dinâmica e moderna. Concluem também que a implantação do RDA no Brasil é um desafio que necessitará de mudanças profundas em nosso sistema de catalogação, mas que o objetivo do RDA “[...] de ser desde o início uma norma facilitadora, objetiva e projetada para o mundo digital está próximo de ser alcançado.” (SILVA *et al.*, 2012, p. 122).

Para discutir as diferenças do RDA quanto ao AACR, foram utilizados artigos como “*¿Es necesario cambiar las Reglas de Catalogación Angloamericanas (RCAA) por Recursos, Descripción y Acceso (RDA)?*”, de Ramírez Méndez (2015). No artigo, o autor introduz a

criação e desenvolvimento do RDA, apresentando também uma linha do tempo da formação e história dos catálogos. O autor discorreu, ademais, sobre as modificações feitas no AACR desde sua primeira edição (1967) até a atualidade, e demonstra as principais diferenças entre esse código e o RDA. Ramírez Méndez (2015) elenca, então, fatores positivos sobre a adoção do RDA ao invés do AACR, entre os quais cita-se: o alcance global do novo código; sua adequação às tecnologias e suportes de informação modernos; e enfatiza-se, principalmente, a importância que o RDA dá aos usuários e ao relacionamento entre os registros bibliográficos nos catálogos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A primeira parte deste trabalho trata da introdução da temática estudada e da problemática a ser discutida: A conceituação do código Recurso: Descrição e Acesso (RDA), e sua implementação na América Latina. Apresenta ademais os objetivos gerais e específicos que nortearam a elaboração da pesquisa, assim como a justificativa que define a relevância deste trabalho e, por fim, a teoria de base que aponta alguns dos estudos que forneceram as bases para o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados, indicando o tipo de pesquisa, os procedimentos utilizados para o levantamento dos dados necessários, o tipo de busca e quais as bases e anais consultados, por exemplo. Oferece, além disso, a descrição de cada uma das etapas adotadas para a elaboração da pesquisa.

Já a terceira seção é voltada para a revisão de literatura, em que se discute a evolução da catalogação e marcos importantes em sua história como o surgimento do formato MARC (Catalogação legível por computador), e do código AACR (Código de Catalogação Anglo-Americano), por exemplo. Discute-se, ademais, o surgimento do RDA, expondo suas características, objetivos e os modelos conceituais envolvidos em sua estrutura. Apresenta-se a estrutura do RDA, salientando suas diferenças em relação ao AACR2 (a segunda edição do AACR), as formas de acesso ao conteúdo do RDA, o portal RDA *Toolkit*, e algumas das entidades pertencentes ao código vigente. Elencam-se, por fim, as possibilidades do RDA para a catalogação, apontando suas vantagens e desvantagens, e especula-se sobre a importância desse código no ambiente tecnológico atual.

A quarta seção se volta para a identificação de instituições latino-americanas que implementaram o RDA em suas bibliotecas, ou em seus cursos de Biblioteconomia. Descrevem-se os relatos e experiências de adoção do código na Argentina, Chile, Colômbia, e

em instituições brasileiras, a título de exemplo. No final da seção, exibe-se uma análise dos dados levantados a partir das experiências relatadas, apontando-se, assim: uma relação do ano em que as instituições começaram a trabalhar com o RDA; se a instituição traduziu o código para o seu idioma; se foram apontados benefícios e/ou dificuldades na adoção do RDA; se os modelos conceituais relacionados ao código foram estudados pela instituição, entre outros fatores.

A quinta e última parte deste trabalho expõe as considerações finais, elaboradas a partir da análise e da reflexão sobre os objetivos gerais e específicos propostos para o seu desenvolvimento, assim como do conteúdo geral elaborado e apresentado nas seções descritas anteriormente. Indica-se, ao final do trabalho, uma lista de referências sobre os autores e materiais que contribuíram para a elaboração das ideias por ele abordadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos foram estruturados por meio de uma pesquisa qualitativa, a qual forneceu os fundamentos para a análise da notoriedade, aplicabilidade e perspectivas sobre o RDA na América Latina. Dos procedimentos para levantamento dos dados da pesquisa, foi realizada uma análise exploratória a qual se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica seguindo métodos específicos para selecionar e sistematizar quais os artigos necessários para desenvolver as bases do trabalho e, assim, oferecer uma solução para o problema de pesquisa: Como estão estabelecidas as pesquisas sobre o RDA na América Latina?

A maioria dos estudos levantados apresentou metodologia semelhante à deste trabalho ao realizarem uma pesquisa bibliográfica a partir das características específicas buscadas, e ao reunirem os artigos necessários para desenvolver os objetivos de cada pesquisa.

Nesse sentido, foi adotado o estado da arte como procedimento metodológico, o qual tem o propósito de “[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento [...]” (FERREIRA, 2002, p. 258).

O intuito da pesquisa focou-se em “[...] responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares [...]” (FERREIRA, 2002, p. 258). Assim sendo, o recorte da pesquisa abrangeu pesquisas publicadas na América Latina, nos idiomas português, espanhol e inglês.

Os procedimentos para identificação do estado da arte segundo Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 8) se inserem “[...] em resumos e catálogos de fontes relacionados a um campo de investigação.” Ferreira (2002) destacou ainda que são utilizados os resumos de dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados em periódicos, relatórios e trabalhos apresentados nos principais eventos na área da Ciência da Informação.

A seleção da literatura foi realizada a partir de busca manual nas seguintes bases: BRAPCI, EBSCO (*EBSCOhost Research Databases*), SciELO, o Repositório Questões em Rede (Coleção Benancib), DOAJ (*Directory of Open Access Journals*), LISA (*Library and Information Science Abstracts*), OASIS, *Scopus*, *La Referencia* e na *Web of Science* (plataforma acessado por meio do acesso cedido aos alunos da Universidade de Brasília - UnB).

Além disso, anais como o “I Encontro de RDA no Brasil” (realizado em Florianópolis nos dias 16 a 18 de abril de 2019), a revista eletrônica “*Palabra-Clave (La Plata)* (ISSN 1853-9912)” e o “*Tercer Coloquio sobre RDA en América Latina y el Caribe* (desenvolvido pela

Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM, 2020)”, foram essenciais para o desenvolvimento das ideias abordadas neste trabalho.

As principais questões consideradas ao executar as buscas, foram: Quais são os artigos que tratam sobre o desenvolvimento da catalogação? Quais artigos abordam de forma conceitual e atual o RDA? Quando foram publicados?

Dentre os artigos buscados para a formação dos conceitos principais abordados no trabalho, os critérios de triagem utilizados foram: pesquisas publicadas na América Latina nos idiomas português, espanhol e inglês; e forma de busca centrada nos títulos, palavras-chave e resumo que contivessem a palavra RDA, porém que estivessem dentro dos últimos dez anos (2010-2020). A análise e representação dos dados qualitativos levantados por este trabalho se deu por meio da ferramenta *Microsoft Excel*, e a construção de algumas das referências bibliográficas, contou com o apoio do Mecanismo Online para Referências (MORE).

2.1 ETAPAS DO TRABALHO

Segundo Leite (2011), a organização e elaboração dos objetivos específicos no desenvolvimento da metodologia tornam a compreensão da pesquisa mais simples e dinâmica para o leitor. Dessa forma, as etapas específicas deste trabalho foram:

- I. **Formar a compreensão da evolução histórica da catalogação, assim como dos eventos e fatores que levaram à criação do RDA.** Para isso foi utilizado o livro de Mey e Silveira (2009), mais especificamente o capítulo “Breve histórico dos catálogos e da catalogação”, e textos como o de Machado (2014) e Moreno (2009) para a descrição da origem e dos modelos conceituais contidos no RDA. O desenvolvimento desta etapa apresentou fundamentos ao leitor sobre a evolução da catalogação e uma noção inicial sobre o RDA.
- II. **O estabelecimento da estrutura do RDA, suas diferenças quanto ao AACR2, e suas possibilidades para a catalogação.** Nesta etapa foram realizadas pesquisas a partir da bibliografia existente sobre o assunto, selecionando e fichando os materiais que poderiam servir como base para o seu desenvolvimento. Como resultados desta etapa, almejou-se dar profundidade ao estudo das características do RDA e possibilitar uma perspectiva sobre as diferentes possibilidades encontradas no mesmo.
- III. **A apresentação e análise de instituições latino-americanas que implementaram o RDA em suas bibliotecas ou em seus cursos de Biblioteconomia.** Nesta terceira etapa, o foco foi a apresentação e análise de instituições latino-americanas que adotaram

o RDA, buscando observar quais foram os principais fatores indicados por elas durante esse processo. O tratamento da pesquisa bibliográfica sobre o assunto ocorreu da mesma forma que na etapa II: leitura e fichamento do conteúdo considerado relevante. Esta parte do trabalho apresentou instituições da América Latina que adotaram o RDA, e como esse processo ocorreu em cada uma delas.

- IV. **Apresentação das conclusões obtidas a partir do desenvolvimento do trabalho, discutindo, ademais, as problemáticas observadas através de sua realização.** Neste ponto, após apresentados os objetivos centrais deste trabalho, foram elaboradas perspectivas sobre o RDA. A pesquisa bibliográfica e seu tratamento seguiram o modelo das etapas anteriores. A intenção no desenvolvimento desta etapa, foi o estabelecimento da relevância do RDA para os métodos de catalogação e provocar futuras discussões sobre a importância do estudo e aplicação deste código..

3 REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo de sua evolução, a Catalogação passou por mudanças contínuas que transformaram a maneira como as informações são organizadas, relacionadas e registradas atualmente. Para apresentar de forma objetiva e breve a evolução da Catalogação até a criação do RDA, descrevem-se principalmente as ideias do livro de Mey e Silveira (2009) sobre o assunto.

De acordo com Mey e Silveira (2009), a história da Catalogação inicia-se nos Períodos Remotos, entre os anos de 1974 e 1976, onde foi encontrada uma biblioteca localizada em Ebla que possuía entre 15.000 e 17.000 tábulas de argila, organizadas por conteúdo temático. Uma descoberta nos anos 1849 (ou 1854, há controvérsias sobre o ano exato), apresenta um embrião de catálogo, pois descobre-se que a Biblioteca de Nínive (ou de Assurbanipal) organizava seus registros por título, volume, nome do escriba, entre outras informações. Posteriormente, as autoras destacaram as bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo. A primeira transcrevia seus registros em rolos de papiro, material de qualidade inferior ao pergaminho, usado pela Biblioteca de Pérgamo. Ressalta-se o erudito Calímaco, que trabalhou na Biblioteca de Alexandria e que muito contribuiu para a organização do conhecimento e para a história da catalogação.

Posteriormente, Mey e Silveira (2009) relataram acontecimentos da Catalogação ocorridos na Idade Média. No século VI, os monges beneditinos foram ensinados e encarregados de copiar, preservar e catalogar livros e manuscritos. Já no século VIII, surge uma das primeiras listas de obras de bibliotecas medievais, contendo o título e, às vezes, o nome do autor. Passando ao século X, afirmou-se que as bibliotecas se tornaram maiores, devido ao crescimento do número de manuscritos e livros. Sobre os séculos XI, XII e XIII, ressaltou-se o acréscimo de comentários aos documentos da Biblioteca de Glastonbury (Inglaterra, ano de 1247), e no final do século XIII o início de um catálogo coletivo das bibliotecas monásticas inglesas, onde cada biblioteca recebia um código numérico. Sobre o século XIV, as autoras discorreram sobre a criação de listas bibliográficas por assunto e destacaram que a lista de *Saint Martin* (Dover, 1389), foi considerada, talvez, como sendo o primeiro catálogo graças a sua forma de divisão e organização das informações.

Adiante, nos séculos XV a XVIII, Mey e Silveira (2009) ressaltam primeiramente o surgimento das remissivas (registros que levam a outros registros ou obras), entre os anos de 1410 e 1412 em um catálogo organizado por Amplonius Rating de Berka. Em seguida, as autoras apresentam o primeiro catálogo temático organizado cronologicamente (com

informações de autor, título da obra, entre outros), publicado em 1498 por Aldo Manuzio. Sobre os avanços da catalogação durante este período (século XV a XVIII), ressaltou-se o desenvolvimento de obras acerca da organização de catálogos, como a de Gabriel Naudé (1627), e a de Frederic Rostgaard (1697). As autoras ressaltaram, ademais, que com a Revolução Francesa no século XVIII, as bibliotecas privadas tornaram-se públicas, levando ao estabelecimento de diretrizes para a catalogação em 1791. Surgiu, assim, o primeiro código nacional de catalogação. Ainda durante o período da revolução surge, pela primeira vez, o uso de catálogos em fichas.

Passando ao século XIX, Mey e Silveira (2009) destacaram que fatos ocorridos neste período são de muita importância para as práticas atuais da catalogação. Dentre estes fatos, apontam-se: A criação e publicação das *91 regras* de catalogação de Anthony Panizzi (quanto a organização dos então catálogos classificados e alfabéticos); e o código de catalogação de Charles C. Jewett, que foi aceito pela *Smithsonian Institution* em 1850, nos Estados Unidos (regras estabelecidas por ele, como os cabeçalhos de responsabilidade, são seguidas até hoje). Destacou-se, ademais, a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) em 1895 por Paul Otlet e Henri La Fontaine, cujo objetivo era desenvolver um repertório bibliográfico universal e, posteriormente, o desenvolvimento da Classificação Decimal Universal (CDU). Em consequência de eventos como a Primeira Guerra Mundial, o IIB passou por diversas denominações até que, por fim, foi denominado em 1986 como Federação Internacional de Informação e de Documentação (FID).

Posteriormente, no século XX, Mey e Silveira (2009) afirmaram que no ano de 1901 a LC (*Library of Congress*) passou a vender suas fichas catalográficas impressas, bastando apenas que se acrescentassem os cabeçalhos das obras. Dessa forma, cada biblioteca receberia fichas idênticas, levando a uma padronização das informações. Outro fato importante indicado pelas autoras, é a fundação da Federação Internacional de Associações Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations - IFLA*), em Edimburgo (1927). Em 1976, sua denominação foi ampliada para Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations and Institutions*), a sigla, porém, permaneceu a mesma. Quanto a catalogação no Brasil, Mey e Silveira (2009) apontaram, por exemplo, que a partir de 1940 o Código da Vaticana (baseado nas Regras para a compilação do catálogo alfabético (1922) e nas regras da ALA (1908)), exerceu grande influência para a nossa catalogação, sendo ensinado no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e em muitas bibliotecas até o ano de 1980.

Outro marco para a Biblioteconomia brasileira, foi a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954. Dentre as contribuições do IBBB, destacam-se o desenvolvimento da segunda edição do Código da Vaticana e sua difusão no Brasil, e o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC). Em 1975, o IBBB tornou-se o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com foco em sistemas especializados de informação, de forma gerencial e oferecendo suporte técnico. É importante mencionar também o papel da Unesco quanto a criação de padrões para as bibliotecas nacionais: A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), criou o programa de Controle Bibliográfico Universal, administrado pela IFLA, em 1970. Os objetivos do programa eram o respeito aos padrões de representação bibliográfica, e que cada país se encarregasse de seu controle bibliográfico nacional (sendo essa tarefa função da biblioteca nacional ou instituição similar). A reunião e disponibilização desse material bibliográfico de cada país, levaria a uma rede mundial de informação compartilhada.

Na década de 60, outros fatos históricos importantes marcaram a história da catalogação: a criação do Projeto MARC (*Machine Readable Cataloging*, 1965-1966) e do MARC II (1968), pela LC. O MARC é um formato para a entrada e manuseio de dados bibliográficos em um computador, que intencionava aceitar todos os tipos de materiais e ser utilizado por diferentes sistemas automatizados, por exemplo. O MARC II serviu como base para a criação de outros formatos como o MARCAM (América Latina), o CALCO (Brasil), e o UNIMARC (*Universal MARC*). Outro fato histórico importante foi a realização em 1961 do primeiro evento voltado para a normalização internacional: a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ou Conferência de Paris. Sobre a conferência, destaca-se a concretização da decisão de que o desenvolvimento de cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes deveriam seguir as características linguísticas de cada país. Passando ao ano de 1967, tem-se a publicação da primeira edição do *Anglo-American Cataloging Rules - AACR* (Código de catalogação anglo-americano), uma parceria da ALA (*American Library Association*), e da *Canadian Library Association* e da *Library Association* (Inglaterra), tendo sido então publicadas duas versões: uma inglesa e a outra norte-americana.

Em 1969, o Brasil editou a tradução do AACR, o qual ficou denominado como Código de catalogação anglo-americano, ou apenas AACR. Este código passou a ser adotado em praticamente todas as escolas de Biblioteconomia brasileiras, quase anulando a diversidade de códigos no ensino. Ainda no ano de 1969, indicou-se outro evento considerado relevante para a padronização da descrição bibliográfica: A Reunião Internacional de Especialistas em

Catálogo, a qual ocasionou mudanças significativas para os códigos e para a prática da catalogação.

Sobre o ano de 1971, Mey e Silveira (2009) discorreram sobre a criação da Descrição bibliográfica internacional normalizada (*International Standard Bibliographic Description - ISBD*), criada por Michael Gorman e publicada pela IFLA com o objetivo de padronizar as informações contidas na descrição bibliográfica. A ISBD foi aceita e utilizada por todos os países, levando às mudanças nos códigos de catalogação e fortalecendo o caminho para uma maior padronização bibliográfica. Assim, segundo Ribeiro (2020), no ano de 1978 a primeira edição do AACR

[...] teve a sua Parte I – Entrada e cabeçalho – reformulada segundo os Princípios de Paris (1961) e a sua Parte II – Descrição –, conforme o padrão internacional de descrição bibliográfica, *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, dando origem, assim, à 2ª edição do AACR (1978), conhecida desde então e até hoje como AACR2.

Em 1980, o projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador) desenvolvido por Alice Príncipe Barbosa e baseado no MARC II da LC, passou a se chamar Bibliodata/CALCO, e mudou seu nome novamente para Rede Bibliodata entre 1994 e 1996. Para Mey e Silveira (2009, p. 85-86), o Bibliodata

[...] por sua padronização, respeito às normas internacionais e meios de difusão, se tornou uma fonte inestimável, mesmo para as bibliotecas não cooperantes, e o maior sistema do país em termos de catalogação cooperativa, como idealizou, e não pôde ver, Alice Príncipe Barbosa em 1972.

Adiante no ano de 1997, foi ressaltada a Conferência Internacional sobre os Princípios e Futuro das AACR (*International Conference on the Principles and Future of AACR*), que destacou a importância de mudanças no caráter teórico e prático das AACR. Avançando para o ano de 1998, foi apresentado e publicado um relatório final da IFLA pensado no estabelecimento de registros bibliográficos compatíveis com a realidade econômica dos centros de catalogação e com as necessidades dos usuários, em seus vários contextos de utilização e diversidades de suportes. Esse relatório foi denominado Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (*Functional Requirements for Bibliographic Records - FRBR*). O FRBR é de suma importância para a catalogação pois, entre suas características, destaca-se sua utilidade para o desenvolvimento de outros modelos conceituais e sua base voltada para as tarefas realizadas pelos usuários.

Por fim, Mey e Silveira (2009) discorreram sobre os avanços da catalogação no início do século XXI. Salienta-se que no ano de 2003, em Frankfurt (Alemanha), no encontro organizado pela IFLA para a discussão de novos princípios para a catalogação internacional,

foi aprovada uma versão preliminar da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, a qual ampliou e atualizou os Princípios de Paris, incorporando o modelo conceitual FRBR. Já no ano de 2004, o *Joint Steering Committee for Revision of AACR* (posterior *Joint Steering Committee for Development of RDA*), iniciou o processo de revisão do código AACR o que resultaria no AACR3 (a terceira edição do código). Contudo, a revisão levou a mudanças substanciais e proporcionou, em 2005, o início do desenvolvimento de um novo sucessor do AACR2, o Recurso: Descrição e Acesso (RDA). O RDA está inteiramente de acordo com os modelos conceituais FRBR e FRAD, e com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, tendo sido então oficialmente publicado em 2010. O RDA será apresentado mais detalhadamente a seguir.

3.1 SURGIMENTO DO RDA

O Recurso: Descrição e Acesso (RDA), foi publicado em 2010 pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA - JSC RDA* (Comitê de Direção Conjunta para o desenvolvimento do RDA), tendo o objetivo de atender à uma realidade na qual as novas tecnologias de informação dominam e modificam o nosso cotidiano, alterando a forma e perspectiva de acesso e uso das informações.

Machado (2014) afirmou que com o surgimento das novas tecnologias foi necessário revisar os Princípios de Paris, responsável por servir como base para uma normalização internacional da catalogação. Essa revisão está presente na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (*International Federation of Library Associations and Institutions*, 2009), a qual ampliou os Princípios de Paris e gerou um “[...] panorama geral das normas de catalogação em âmbito internacional, estabelecendo diretrizes para o serviço catalográfico e definindo regras a serem usadas na construção de códigos de catalogação.” (MACHADO, 2014, p. 7).

Ainda segundo Machado (2014), a partir dessa mudança nos princípios de catalogação, seguiram-se outras ações com o propósito de adequarem e utilizarem as tecnologias existentes para melhorar os serviços oferecidos pelas unidades de informação. No ano de 2004 então, iniciou-se a revisão do AACR2 com o propósito de torná-lo compatível com os catálogos digitais e os novos suportes bibliográficos emergentes. Machado (2014, p. 8), afirmou que essa revisão “[...] resultaria no AACR3, que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR*.” Porém, tendo em vista as mudanças consideráveis ocasionadas pela revisão, o comitê decidiu pela criação de um código sucessor ao AACR2, o RDA.

O desenvolvimento do novo código foi baseado nos modelos conceituais **FRBR** (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), **FRAD** (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade) e o **FRSAD** (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade do Assunto), os quais segundo Oliver (2010, p. 13, tradução nossa), “[...] moldaram a estrutura do RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”. Deste modo, Machado (2014) enfatizou que é essencial conhecer e entender esses modelos conceituais para a utilização e compreensão efetiva do RDA.

O FRBR é um modelo conceitual desenvolvido pela IFLA para servir como um modelo de entidade-relacionamento no universo bibliográfico, abarcando todos os tipos de recursos e tarefas de usuário associadas a ele. Maciel (2017, p. 46) afirmou que a IFLA foi a responsável pela criação do relatório que levou ao desenvolvimento do FRBR, o qual “[...] teve sua versão final aprovada em 1997 pelo Standing Committee on Cataloguing da IFLA e a versão final da FRBR foi publicada em 1998”. As tarefas esperadas do usuário no FRBR, são: Encontrar; Identificar; Selecionar; e Obter. O artigo de Moreno (2009), define essas tarefas como:

- **Encontrar:** Encontrar a entidade (coisa ou objeto) que busca através do nome do autor, título ou assunto, por exemplo;
- **Identificar:** Identificar entre possíveis documentos semelhantes, aquele que está buscando;
- **Selecionar:** Escolher entre um conjunto de documentos (formato, edição, por exemplo), qual se adequa melhor às necessidades do usuário;
- **Obter:** Encomenda, aquisição, compra, empréstimo, ou outra forma de acesso à obra.

Já o FRAD é uma extensão do FRBR, porém voltado para os registros de autoridade. Ainda segundo Maciel (2017, p. 50), o FRAD “[...] foi publicado e aprovado pelo Standing Committees of the IFLA Cataloguing Section and IFLA Classification and Indexing Section em 2009 e passou por revisões no ano de 2013.” As tarefas do usuário no FRAD segundo o IFLA FRAD (*International Federation of Library Associations and Institutions - Functional Requirements for Authority Data*, 2013), podem ser compreendidas como:

- **Encontrar:** Encontrar, entre dados de autoridade, uma ou mais entidades usando atributos ou relacionamentos da entidade;
- **Identificar:** uma entidade para confirmar que a entidade representada corresponde àquela buscada, e para diferenciá-la de outras similares, por exemplo, ou para validar a forma de um nome para ser usado como um ponto de acesso;

- **Contextualizar:** Situar uma pessoa, instituição, organização, etc. em um contexto; explicar o relacionamento entre duas ou mais pessoas, organizações, ou entre uma pessoa e uma organização, entre outros; e esclarecer a relação entre a pessoa e o nome pelo qual ela é conhecida (nome religioso), por exemplo;
- **Justificar:** Tarefa do criador do registro: Explicar o motivo da escolha do nome ou forma do nome que baseou a criação de um ponto de acesso.

O FRSAD foi publicado em 2010, e também foi criado com base no FRBR, mas com foco em dados de autoridade de assunto. Segundo Assumpção, Santos e Zafalon (2018), o FRSAD foi pensado para usuários como: Profissionais da informação (catalogadores e profissionais relacionados com a criação de metadados, por exemplo); Bibliotecários de referência (intermediários da informação); e para os Usuários finais (procuram a informação para atender sua necessidade informacional). Para explicar as tarefas do usuário no FRSAD teve-se como base o artigo de Vital e Bräscher (2018), e a publicação da IFLA FRSAD (2010):

- **Encontrar:** Buscar um ou mais assuntos e/ou designações com base na forma de busca executada pelo usuário;
- **Identificar:** Identificar e diferenciar entre assuntos similares;
- **Selecionar:** Separar os assuntos recuperados na busca e, então, escolher aquele que melhor se aplica ao contexto e a necessidade informacional do usuário;
- **Explorar:** “[...] relacionamentos entre assuntos e/ou suas denominações (por exemplo, explorar relacionamentos a fim de compreender a estrutura de um domínio de assunto e sua terminologia.” (*International Federation of Library Associations and Institutions - Functional Requirements for Subject Authority Data*, 2010, p. 9, tradução nossa).

Os modelos anteriormente explicados continuaram a ser estudados e aprimorados pela IFLA de forma que foi constatada, posteriormente, a necessidade de integrá-los de maneira que pudessem ser todos acessados sem maiores dificuldades em um único sistema. Segundo Riva, Le Bœuf e Žumer (2017, p. 6),

O FRBR Review Group trabalhou ativamente em direção a um modelo consolidado a partir de 2010, em uma série de reuniões de trabalho realizadas em conjunto com as conferências da IFLA e em uma reunião adicional realizada em abril de 2012, durante a qual a consolidação da tarefa do usuário foi redigida pela primeira vez.

Anos depois e com a realização de maiores estudos, foi aprovado em 2016 o modelo que ficou conhecido como IFLA LRM (*International Federation of Library Associations and Institutions - Library Reference Model*), tendo sua versão final aprovada em 18 de agosto de 2017. Dentre as características do LRM, destaca-se sua capacidade de se adaptar de forma ampla às necessidades dos catalogadores, permitindo que diferentes abordagens conceituais sejam aceitas e passíveis de serem utilizadas. Para elucidar essa característica do LRM, cita-se o exemplo do texto de Riva, Le Bœuf e Žumer (2017, p. 10-11):

[...] todas as traduções de um determinado texto são tradicionalmente colocadas, em catálogos de bibliotecas, sob o mesmo título preferido, o que é uma indicação de que, na conceituação implícita dos bibliotecários, todas as traduções são vistas como *expressões* da mesma *obra*; certas sociedades têm um conceito muito diferente de “obra” e consideram cada tradução como uma “obra” distinta. No nível conceitual, o modelo acomoda igualmente as duas abordagens e é independente em relação ao que “deveria” ser feito [...].

Sobre as diferentes conceituações existentes sobre as entidades dos modelos conceituais, Arakaki (2020) apresentou uma comparação em que se pode visualizar como as entidades Manifestação e o Item são definidas pelos FRBR, FRAD, FRSAD e, destacadamente, pelo LRM. Segundo a autora, a definição de Manifestação é a mesma tanto no FRBR quanto no FRAD: “[...] a personificação física da Expressão e da Obra”, já no LRM define-se como “[...] Um conjunto de todos os suportes que supostamente compartilham as mesmas características do conteúdo intelectual ou artístico e aspectos da forma física.” (ARAKAKI, 2020, p. 168). Ainda segundo Arakaki (2020, p. 168), nas definições do Item têm-se no FRBR e FRAD esta entidade como sendo “[...] um único exemplar de uma ‘Manifestação’”, e definido no LRM como “[...] Um ou vários objetos que carregam sinais destinados a transmitir conteúdo”.

Passando para as tarefas do usuário no modelo LRM, Riva, Le Bœuf e Žumer (2017) explanam cada uma delas como:

- **Encontrar:** Pesquisar entre os recursos de interesse, a partir de critérios específicos;
- **Identificar:** Analisar a origem dos recursos encontrados na busca, e discernir entre os semelhantes;
- **Selecionar:** Decidir sobre a viabilidade dos recursos retornados na busca, aceitando ou rejeitando recursos distintos;
- **Obter:** Acessar o conteúdo do recurso (o sistema de informação necessita fornecer ao usuário a forma de “alcançar” esse recurso);

- **Explorar:** Navegar entre os recursos através do estabelecimento de relacionamentos entre eles (o sistema de informação é responsável por tornar estes relacionamentos claros, através de informações contextuais e de uma navegação funcional).

Quanto a relação entre o LRM e o RDA, segundo o pesquisador Gordon Dunsire (2018), como o RDA foi desenvolvido a partir do FRBR, FRAD e FRSAD antes de estes serem integrados em um único modelo, que é o LRM, surgiram incoerências e falhas que precisavam ser tratadas. Deste modo, o Comitê de Direção do RDA (*RDA Steering Committee - RSC*) tomou a decisão de alinhar o RDA com o LRM, a partir da publicação deste em 2016.

Ainda segundo Dunsire (2018), compreende-se que o LRM tem compatibilidade com os recursos propostos pelo RDA (como seu guia, instruções e elementos, por exemplo), pois, o LRM é “[...] um modelo conceitual de alto nível... planejado como um guia ou base para a elaboração de regras de catalogação.” (DUNSIRE, 2018, p. 15, tradução nossa). Ao mesmo tempo, o LRM ocasiona alguns desafios para o RDA, tais como o fato do LRM estar otimizado para o *Linked Data* (método para publicação de dados estruturados e relacionados na *Web*), e o RDA ainda estar se preparando para essa realidade.

Depois do exposto, de forma a representar uma compilação entre as entidades e as tarefas de usuário empregados pelos modelos conceituais FRBR, FRAD, FRSAD e pelo IFLA LRM, apresenta-se a seguir um quadro elaborado por Machado e Zafalon (2020, p. 100), no qual foram destacadas as entidades e novas tarefas de usuário que surgiram em cada modelo:

Quadro 1 - Diferenças entre os modelos conceituais envolvidos com o RDA

Modelo conceitual	FRBR (1998)	FRAD (2009)	FRSAD (2010)	IFLA LRM (2017)
Entidades	Obra Expressão Manifestação	Obra Expressão Manifestação	<i>Thema</i> <i>Nomen</i>	<i>Res</i> Obra Expressão Manifestação

	Item Pessoa Instituição Conceito Objeto Evento Lugar	Item Pessoa Instituição Conceito Objeto Evento Lugar Família Nome Identificador Pontos de acesso controlado Regras Agência		Item Agente (pessoa e agente coletivo) Nomen Lugar Intervalo de tempo
Tarefas de usuário	Encontrar Identificar Selecionar Obter	Encontrar Identificar Contextualizar Justificar	Encontrar Identificar Selecionar Explorar	Encontrar Identificar Selecionar Obter Explorar

Fonte: Machado e Zafalon (2020).

Apresentados o objetivo geral e a motivação por trás da criação do RDA, as características e a descrição dos modelos conceituais que a formam, expõe-se em seguida de forma mais detalhada a estrutura do RDA. Para isso, utiliza-se como base as ideias de Oliver (2010), e principalmente o que foi observado na plataforma RDA *Toolkit*.

3.2 ESTRUTURA DO RDA

Para entender a estrutura do RDA, é necessário compreender as diferenças quanto ao seu antecessor, o AACR2. O RDA é baseado em uma estrutura teórica; foi pensado para o ambiente digital; possui um escopo mais abrangente do que o do AACR2; e pode se adaptar para a descrição de todos os tipos de recursos, principalmente os novos recursos eletrônicos (OLIVER, 2010). Como demonstrado na seção anterior, essas diferenças entre o RDA e o AACR2 se devem a um conjunto de elementos e decisões que visavam, principalmente, oferecer ao usuário melhores recursos para a sua busca informacional.

Segundo Oliver (2010), o novo código não foi criado apenas para a descrição de materiais de bibliotecas, mas também para diversos contextos informacionais, tais como acervos de arquivos, museus e repositórios digitais. O RDA é um código de "conteúdo", adaptado para uso em um contexto internacional. Destaca-se que durante o seu processo de criação, o *Joint Steering Committee for Development of RDA* (responsável pelo RDA),

solicitou a opinião de organizações internacionais como bibliotecas e comissões de catalogação. Dessa forma, o desenvolvimento do RDA atingiu sua meta de se tornar aplicável por diferentes comunidades com diferentes características.

Sobre as tarefas do usuário no RDA, afirmou-se que

Se olharmos para a estrutura dentro das seções do RDA, encontramos mais evidência de seu alinhamento com o FRBR e o FRAD. A estrutura do capítulo dentro de cada seção está alinhada com as tarefas de usuário do FRBR e do FRAD. Cada seção começa com um capítulo com instruções gerais. Os capítulos restantes estão organizados de acordo com as tarefas do usuário. Cada capítulo inclui instruções para apoiar uma das tarefas do usuário. (OLIVER, 2010, p. 31, tradução nossa).

Quanto ao conteúdo do RDA em si, Oliver (2010) considerou que muitas são as formas pelas quais se pode ter acesso a ele, entre elas: Percorrendo o seu sumário; visualizando o diagrama entidade-relação; acessando os fluxos de trabalho (documentos de procedimento prático), que se voltam para um procedimento específico; e usando a ferramenta *Toolkit* que contém mapeamentos (tabelas de correspondência), demonstrando como compilar os elementos do RDA com diferentes esquemas de codificação.

Segundo o RDA *Toolkit* (versão beta, 2010), o sumário do RDA é formado da seguinte forma:

- Introdução;
- Seção 1: Registro de atributos de Manifestação e Item;
- Seção 2: Registro de atributos de Obra e Expressão;
- Seção 3: Registro de atributos de Agentes;
- Seção 4: Registro de atributos de Conceito, Objeto, Evento e Lugar;
- Seção 5: Registro de relações primárias entre Obra, Expressão, Manifestação e Item;
- Seção 6: Registro de relações para Agentes;
- Seção 7: Registro de relacionamentos para Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares;
- Seção 8: Registro de relacionamentos entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens;
- Seção 9: Registro de relacionamentos entre Agentes;
- Seção 10: Registro de relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares;
- Apêndices;
- Glossário.

Sobre o *Toolkit*, compreende-se que,

A RDA *Toolkit* é o portal que contém todo o conteúdo da norma, em linha, além de disponibilizar também as AACR2 com links para a RDA, destacando

diferenças e mudanças entre os padrões. À medida que os conteúdos vão sofrendo atualizações, o *Toolkit* disponibiliza online aos assinantes todas as novidades. Em suma, esse *kit* de ferramentas estará disponível ao catalogador via Web. (SILVA *et. al.*, 2012, p. 116-117).

Dessa forma, a partir do conteúdo disponibilizado pelo portal RDA *Toolkit*, tenciona-se apresentar em seguida a composição do RDA de forma mais elaborada. A princípio destaca-se que o portal apresenta um visual intuitivo, organizado de forma prática e informativa, o que facilita a localização das informações buscadas. A primeira seção do site apresenta as entidades abrangidas pelo RDA, descrevendo-as e determinando como elas devem ser aplicadas no registro bibliográfico pelo profissional que está fazendo a descrição. Compreende-se que, “Uma entidade RDA inclui um agente, agente coletivo, organização, expressão, família, item, manifestação, nome, pessoa, local, período de tempo e trabalho.” (*Resource Description & Access Toolkit*, 2019, tradução nossa).

A entidade RDA **Agente**, é definida como “Uma entidade capaz de ações deliberadas, de ter direitos garantidos e de ser responsabilizada por suas ações. Um agente inclui um agente coletivo e uma pessoa.” (*Resource Description & Access Toolkit*, 2019, tradução nossa). Segundo o *Toolkit*, a descrição mínima dessa entidade deve levar em conta alguns desses elementos: denominação do agente, nome preferido do agente, ponto de acesso para o agente, e identificador para Agente. Já na descrição efetiva, devem ser registradas as informações tidas como relevantes para a identificação e acesso. Entre os elementos da entidade Agente, temos por exemplo o **endereço do Agente** (um e-mail ou outro endereço online), e **campo de atividade do Agente** (refere-se ao campo de atuação, área de especialização, etc., em que um agente está envolvido).

A entidade **Agente Coletivo**, por sua vez, trata-se da reunião ou organização de duas ou mais pessoas que recebem um nome próprio e que podem atuar como uma unidade, formar-se por uma pessoa jurídica e uma família (*Resource Description & Access Toolkit*, 2019). Para sua descrição mínima, elementos como nome do agente coletivo, ponto de acesso autorizado para agente coletivo, e identificador para Agente coletivo devem ser observados. A descrição efetiva, segue os mesmos parâmetros aplicados à entidade descrita anteriormente. Quanto aos seus elementos, exemplificam-se **Agente coletivo - ator** (colaboração de um agente coletivo como parte de um elenco ou ator em performance musical ou dramática), e **Agente coletivo - ilustrador** (refere-se à colaboração de um agente coletivo na aplicação de cor a desenhos, mapas, imagens, entre outros conteúdos visuais).

Já a entidade **Organização**, é definida como “Um agente coletivo que é composto por pessoas [...] organizadas para um propósito ou atividade comum.” (*Resource Description & Access Toolkit*, 2019, tradução nossa). Sua descrição mínima deve ser composta por elementos como: nome preferencial da pessoa jurídica, e nome da entidade coletiva. Já sua descrição efetiva, segue o padrão das entidades anteriores. Alguns dos elementos pertencentes a essa entidade são: **afiliado local** (uma corporação local afiliada com uma entidade mais ampla, a qual atua para ela e para outras corporações de forma mais extensa), e **sucessor de uma organização** (uma organização que sucede ou segue outra) (*Resource Description & Access Toolkit*, 2019).

Outro exemplo de entidade do RDA é a **Manifestação**, que se define como o modelo físico de uma expressão de uma obra. A descrição física dessa entidade deve incluir algum dos seguintes elementos: denominação de manifestação; título da manifestação; título próprio; ponto de acesso para manifestação; ponto de acesso autorizado para manifestação; e identificador de manifestação. Sua descrição efetiva segue o modelo das entidades já descritas: fornecer o registro dos elementos úteis, com foco na identificação e acesso. Elementos como **fac-símile de manifestação** (refere-se a uma manifestação que reproduz outra fielmente), e **parte de manifestação** (uma manifestação que contém outra como um componente distinto), fazem parte dessa entidade.

Já a segunda seção do portal, trata de oferecer orientações quanto às características do RDA, aos modelos bibliográficos relacionados à ela, e às tarefas dos usuários, por exemplo. Esta seção possui ainda a categoria “Descrição do recurso”, a qual oferece instruções para a construção de uma boa descrição de um recurso de informação, assim como das *entidades de recurso*: Obra, Expressão, Manifestação e Item. Para formar uma boa descrição de uma obra, por exemplo, apontam-se orientações específicas para a descrição de um grupo de obras, obras sucessivas (agregação do conteúdo de uma ou mais expressões da obra), entre outras.

A seção seguinte do portal trata das políticas da Biblioteca Britânica e da Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*), referidas às entidades, elementos e orientações quanto à forma de descrição de cada entidade, assim como dos pontos de acesso de acordo com o RDA. Cada uma das políticas das bibliotecas, apresentam *links* para as suas declarações, apresentando tópicos como “Diretrizes de transcrição” e “Expressões representativas”, os quais trazem o conceito do tópico e exemplos de como realizar a descrição.

Seguindo, é apresentado a guia “Recursos” a qual apresenta o Glossário, Esquemas de codificação de vocabulário, o código AACR2, entre outros assuntos. O glossário da *RDA Toolkit* apresenta os termos empregados pelo código e suas definições, sendo estes termos de

0-9 e seguindo a ordem alfabética (A-Y). Quanto aos esquemas de codificação de vocabulário, este abriga subtópicos como Formato Bibliográfico RDA, Tipo de Mídia RDA, entre outros. O Formato Bibliográfico RDA exhibe os diferentes formatos existentes no RDA, a definição e a notação correspondente a cada um (Exemplo: Fólio, notação 1001). O Tipo de Mídia RDA, apresenta diferentes tipos de mídias com suas definições e notações. Destaca-se o tipo “não mediado” (*unmediated*), o qual é “Um tipo de mídia usado para armazenar conteúdo projetado para ser percebido diretamente por um ou mais dos sentidos humanos, sem o auxílio de um dispositivo intermediário.” (*Resource Description & Access Toolkit*, 2020, tradução nossa). O portal apresenta ainda o AACR2 com a atualização de 2005, de forma completa e navegável.

Após o exposto, apresentam-se a seguir exemplos de catalogação de um registro bibliográfico e de um registro de autoridade com base nos modelos de catalogação em RDA disponibilizados pelo portal *rdatoolkit.org*:

Quadro 2 - Registro bibliográfico (Livro)

Referência RDA	Elemento RDA	Entidade	Dados registrados
2.3.2002	Título próprio	M	Drácula
2.4.2002	Declaração de responsabilida de relacionada ao título próprio	M	Bram Stoker
2.5.2002	Designação de edição	M	Edição 23
2.8.2002	Lugar de publicação	M	São Paulo
2.8.2004	Nome do editor	M	Via Leitura
2.8.2006	Data da publicação	M	2017
2.13	Modo de emissão	M	Unidade única
2.15	Identificador da manifestação	M	ISBN 9788567097374 (brochura)
3.2	Tipo da mídia	M	Não mediado
3.3	Tipo de suporte	M	Livro
3.4.2005	Extensão do texto	M	382 páginas
3.5	Dimensões	M	23 cm
6.9	Tipo do conteúdo	M	Texto
6.11	Idioma da expressão	E	Português
17.8	Trabalho manifestado		Mendes Neto, José Ignácio Coelho. Drácula
19.2	Criador		Stoker, Bram, 1847-1912.
18.5	Designação de relação		Tradutor
23.4	Assunto relacionado		Clássicos da literatura universal

Adaptado de: *RSC/RDA/Complete Examples (Bibliographic)*, (2016, p. 10-11).

*As entidades Obra, Manifestação, Expressão e Item são apresentadas segundo as abreviações: O (Obra); M (Manifestação); E (Expressão); e I (Item).

Para a descrição do registro bibliográfico do quadro 2, foram utilizadas apenas as entidades Manifestação e Expressão. No quadro 3, apresentado a seguir, descreve-se um exemplo de registro de autoridade com base nas informações pesquisadas sobre o autor Bram Stoker.

Quadro 3 - Registro de autoridade

Referência RDA	Elemento RDA	Dados registrados
9.2.2002	Nome preferido da pessoa	Stoker, Bram
9.2.2003	Variante do nome da pessoa	Stoker, Abraham
9.3.2002	Data de nascimento	1847
9.7	Gênero	Masculino
9.8	Local de nascimento	Clontarf, Irlanda
9.10	País associado com a pessoa	Inglaterra
9.13	Afiliação	Trinity College (Dublin, Irlanda)
9.13	Afiliação	Lyceum Theatre (Londres, Inglaterra)
9.14	Idioma da pessoa	Inglês
9.16	Profissão ou ocupação	Escritor
9.17	Informação bibliográfica	Abraham “Bram” Stoker foi um romancista, poeta e contista irlandês, mais conhecido atualmente por seu romance gótico Drácula, a principal obra no desenvolvimento do mito literário do vampiro. Informação bibliográfica adicional pode ser encontrada em https://pt.wikipedia.org/wiki/Bram_Stoker
9.18	Identificador para a pessoa	Número de controle da Library of Congress: n 79061014
9.18	Identificador para a pessoa	Número de controle da Biblioteca Nacional: 000576227
8.10	<i>Status da identificação</i>	Totalmente estabelecida
8.12	Fonte consultada	Library of Congress Authorities - Stoker, Bram, 1847-1912, visto em 15 de fevereiro de 2021
8.12	Fonte consultada	Catálogo da Biblioteca Nacional - Autoridades - Stoker, Bram, 1847-1912, visto em 15 de fevereiro de 2021
8.12	Fonte consultada	Wikipédia, visto em 15 de fevereiro de 2021: (Bram Stoker; Abraham Bram Stoker; nascido em 8 de novembro de 1847 em Dublin, Irlanda; falecimento em 20 de abril de 1912 em Londres, Inglaterra; foi casado com Florence Balcombe; sua ocupação era de escritor; um de seus principais trabalhos é o livro Drácula)

Adaptado de: *RSC/RDA/Complete Examples (Authority)*, (2016, p. 1-2).

Este último quadro apresenta um exemplo de descrição de autoridade em RDA. As informações foram recuperadas no catálogo de autoridades da LC, da Biblioteca Nacional e por meio da Wikipédia, a qual forneceu maiores detalhes sobre a vida e obras do autor.

3.3 AS POSSIBILIDADES DO RDA NA CATALOGAÇÃO

Com o desenvolvimento das seções anteriores concluído, pode-se criar subsídios para o debate das possibilidades do novo código de catalogação e o que possivelmente seu uso irá acarretar. Inicialmente, acredita-se ser necessário definir a partir da literatura existente as vantagens e desvantagens do RDA pois, por meio dessa comparação, pode-se estabelecer algumas das possibilidades que o RDA oferece.

As autoras Mey, Grau e Biar (2014), afirmaram que com a explosão das tecnologias de comunicação nos anos 80 e 90 do século passado, entre outros fatores, surgiu a necessidade de se repensar a estrutura dos registros bibliográficos, de se considerar as características das publicações eletrônicas emergentes, e de se observar a inadaptabilidade do AACR para representar os recursos de informação em desenvolvimento.

Discutem, ademais, a criação do modelo conceitual FRBR e da publicação da Declaração de princípios internacionais de catalogação (*Statement of International Cataloging principles*) em 2009, ambos desenvolvidos pela IFLA. As autoras destacaram a

[...] função ‘navegar em um catálogo e além dele’ por meio dos relacionamentos bibliográficos, presente na Declaração de 2009, função que abre amplas perspectivas às funções de um catálogo, não limitadas a encontrar, identificar e selecionar um recurso bibliográfico. (MEY; GRAU; BIAR, 2014, p. 45).

Posteriormente, abordam o desenvolvimento da ideia sobre a criação de um código internacional de catalogação, sobre o qual esperava-se que pudesse oferecer, entre outras possibilidades, “[...] clareza para nosso usuário, precisão na identificação do elemento, lógica da organização dos catálogos e dos itens, consistência no uso de normas.” (MEY; GRAU; BIAR, 2014, p. 46). Assim, com a publicação do RDA em 2010, foram analisados aspectos positivos e negativos sobre ele.

Segundo a análise das autoras, entre os fatores desfavoráveis da código se podem citar: apesar de ser estruturado com base no FRBR, o RDA se concentra mais na descrição dos objetos bibliográficos, e não na construção dos modelos relacionais; algumas similaridades entre a forma de descrição dos registros serem as mesmas do AACR; e o preço do RDA, que pode ser considerado não acessível (MEY; GRAU; BIAR, 2014). Ainda sobre os aspectos considerados negativos, afirmou-se que questões como a tradução e o custo da adoção do código devem ser problemáticas pensadas profundamente, pois, tendo em consideração a experiência com a implementação do AACR no Brasil, julgou-se que uma adaptação do RDA seria o ideal para a catalogação brasileira. Sobre os aspectos positivos do RDA, alguns fatores foram enaltecidos, tais como: “[...] a busca de alinhamento com à família FRBR. [...] o fim da

entrada principal e da regra dos três, e a maior abrangência para documentos eletrônicos.” (MEY; GRAU; BIAR, 2014, p. 51).

Outro autor que fez ponderações sobre os aspectos positivos e negativos do RDA foi Ramírez Méndez (2015), o qual analisou o papel desempenhado pelo AACR, o que o RDA pode representar para a catalogação, e as similaridades e discrepâncias entre os códigos. Para ele,

A grande diferença entre o AACR e o RDA encontra-se em que o segundo provê as pautas necessárias para o tratamento de uma maior quantidade de recursos, incluindo os digitais, coisa que o AACR não alcançava em sua totalidade. (RAMÍREZ MÉNDEZ, 2015, p. 12, tradução nossa).

O autor fez alguns apontamentos sobre o que ele acreditava motivar as indagações sobre a mudança do AACR para o RDA entre os catalogadores, entre estes apontamentos citam-se: a teoria de que a mudança entre um código e o outro seria muito drástica; o tempo para se adaptar às novas regras poderia ser demasiado longo; e indica-se ademais que, para alguns profissionais, o AACR continuava funcional mesmo com a evolução das tecnologias (RAMÍREZ MÉNDEZ, 2015). Apesar das dissidências comentadas anteriormente, o autor pôde concluir que

[...] a implementação do RDA facilita a descrição bibliográfica, dado que seu enfoque no conteúdo agiliza o trabalho de catalogação ao deixar de lado a rigurosidade no estilo e forma que são dados. [...] Pode que a mudança para o RDA signifique um trabalho árduo no princípio; mas uma vez que se tenha o conhecimento e as ferramentas adequadas, a descrição de materiais será tão normal como se considera hoje em dia com o AACR. (RAMÍREZ MÉNDEZ, 2015, p. 15, tradução nossa).

Em relação às possibilidades do RDA quanto às tarefas dos usuários, Machado e Pereira (2016) estudaram a relação do código com as tarefas dos usuários do FRBR. Segundo as autoras, as tarefas dos usuários sob a perspectiva do novo código poderiam ser compreendidas como:

- **Encontrar:** analisar os dados de descrição de um registro, e quais são os atributos necessários para facilitar a busca do usuário;
- **Identificar:** identificar informações complementares, os relacionamentos entre as entidades, e destacar a importância do controle de autoridades neste último processo;
- **Selecionar:** examinar como os processos de descrição física e temática influenciam a seleção de um item no catálogo;

- **Obter:** realizar uma descrição sobre o planejamento e desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de informação, considerando as necessidades informacionais dos usuários. (MACHADO; PEREIRA, 2016).

As autoras discorreram, além disso, sobre o controle de autoridade, onde afirmaram que “Os relacionamentos entre as entidades é a parte mais rica dos modelos conceituais, pois permite um dinamismo em catálogos de bibliotecas.” (MACHADO; PEREIRA, 2016, p. 353). Pode-se inferir, dessa forma, que a utilização de um código como o RDA, estruturado com base no FRBR e em outros modelos conceituais, favorece positivamente a experiência do usuário em sua busca informacional, pois através do resultado de um item, o usuário poderia acessar um universo de informações relacionadas á ele. Para o catalogador construir esses relacionamentos na descrição do item, salienta-se, porém, que o conhecimento sobre a estrutura do FRBR é imprescindível, pois é necessário saber distinguir e caracterizar as principais entidades do modelo conceitual (Obra, Expressão e Manifestação) (MACHADO; PEREIRA, 2016).

Quanto a utilização do RDA, as autoras salientaram a importância dos sistemas de informação estarem alinhados e aptos para executar os recursos de descrição previstos por ele, afinal, é através dos catálogos gerenciados por esses sistemas que o usuário terá o primeiro contato com as informações que busca. Enfatizaram, ademais, a importância do desenvolvimento de uma política institucional que pondere sobre as necessidades informacionais dos usuários, a capacitação dos catalogadores quanto aos modelos conceituais e as instruções relacionadas ao RDA e, por fim, a importância de se agregarem mais informações aos registros de autoridade.

Para mais, considera-se que o RDA oferece novas possibilidades principalmente quanto às tecnologias atuais. Assim, com base em Assumpção (2020), elencam-se algumas realizações do código nesse âmbito. Segundo o autor, o formato de intercâmbio bibliográfico MARC 21, o qual é amplamente utilizado, não sofreu mudanças consideráveis com a evolução das tecnologias, porém foi capaz de se estabelecer como um formato para a entrada de dados. Dessa forma, para Assumpção (2020, p. 83), “[...] a adoção não só do RDA, mas, também, de outros padrões de metadados oportuniza o desenvolvimento de interfaces para a entrada dos dados que otimizem os processos de catalogação.”

Sobre o armazenamento de dados, o autor argumentou que o ambiente digital oferece um espaço de armazenamento maior, possibilitando o registro e transcrição de informações mais detalhadas de um recurso de informação, sem a necessidade de abreviar dados

informativos como em casos de indicações de responsabilidade. Percebe-se então, que o RDA está em concordância com essa realidade já que o código preza pela transcrição efetiva dos dados de um item informativo, da forma como eles constam em sua fonte, sem a necessidade de abreviações a menos que elas estejam neste item.

Passando para a recuperação de dados, afirmou-se que “[...] os pontos de acesso assumem hoje uma denotação mais ampla, estendendo-se a todo e qualquer dado que pode ser utilizado para a recuperação das representações (registros bibliográficos e de autoridade).” (ASSUMPÇÃO, 2020, p. 90-91). Assim, o autor destacou que o RDA oferece mais recursos e possibilidades para a representação de dados do que o seu antecessor, estabelecendo, ademais, relacionamentos entre as entidades de forma a evidenciá-los e os tornando claros.

Na dimensão da apresentação dos dados, debate-se a representação da informação com o uso de sinais de pontuação para usuários humanos, e de campos e subcampos para os não-humanos. Segundo o autor, essa forma de representação pode gerar principalmente redundância pois os campos do registro trarão não somente o dado do item, mas também, sinais de pontuação adicionados durante a descrição. Dessarte, considerou-se que o novo código “[...] contribui para a criação de dados catalográficos “limpos”, pois, mesmo tendo em sua base a ISBD, não torna obrigatório o uso da pontuação para separação dos dados.” (ASSUMPÇÃO, 2020, p. 94).

Por fim, considera-se o intercâmbio, compartilhamento e interoperabilidade dos dados, onde o autor lista possíveis dificuldades relacionadas a esses processos, tais como: a forma de recuperação dos dados catalográficos, e o acesso a esses dados em repositórios institucionais ou sistemas de descoberta, por exemplo. O autor afirmou que essas dificuldades podem ser solucionadas através das dimensões explicitadas anteriormente, tendo em vista suas relações com o atual ambiente tecnológico e com o RDA.

Por meio das várias reflexões apresentadas anteriormente, infere-se que o RDA oferece possibilidades importantes e inovadoras para a descrição de recursos de informação. Tendo em conta especialmente a realidade tecnológica atual, torna-se fundamental contar com códigos e recursos que possam ir além da representação básica de um objeto. Tanto a busca como a descrição de itens informativos devem refletir as necessidades informativas dos usuários, tanto as existentes quanto aquelas que ele ainda não conhece. Acredita-se que essas necessidades serão atendidas e exploradas pelo RDA.

4 O RDA NA AMÉRICA LATINA

Após a descrição da estrutura e possibilidades do RDA anteriormente, transcorre-se para o estudo do conhecimento e, posteriormente, da aplicação do código na América Latina. Em uma análise da produção científica sobre o RDA entre os anos de 2010 e 2014, Machado e Pereira (2015) realizaram um levantamento sobre fatores como o crescimento das publicações, os principais autores, e os idiomas de publicação dos artigos. O tipo de análise dos dados adotado pelas autoras foi a bibliometria, sobre a qual afirmou-se que “[...] as técnicas que possibilitam medir a produtividade científica, como a bibliometria, colaboram para estudos que analisam o desenvolvimento de uma área de pesquisa.” (MACHADO; PEREIRA, 2015, p. 301).

Prosseguindo diretamente para os resultados da pesquisa, observa-se que Machado e Pereira (2015) obtiveram resultados como o levantamento de um total de 202 artigos sobre o RDA, sendo 136 da base *LISA* e 66 da *Scopus*. Utilizando o gerenciador de referências *EndNote*, os artigos recuperados foram reduzidos a 158, pois alguns deles estavam duplicados. Conjuntamente, determinou-se que o número de publicações sobre o RDA cresceu consideravelmente a partir de 2011, o que as autoras estipularam ter relação com a utilização acentuada da ferramenta *RDA Toolkit*. Determinou-se também, um crescimento subsequente de publicações sobre o RDA nos anos seguintes.

Outro dado obtido na pesquisa foi sobre os periódicos que publicaram a respeito do RDA naquele período (2010-2014), entre eles destacam-se o *Cataloging & Classification Quarterly* (com 34 publicações no idioma inglês), e o *Serials Librarian* (12 publicações em inglês). Além disso, as autoras apresentaram uma tabela relacionando os autores que publicaram sobre o RDA na época, entre eles: Les Hawkins (original dos Estados Unidos, com 4 publicações) e Gordon Dunsire (da Escócia, Reino Unido, com 3 publicações). Os Estados Unidos foi considerado o país que apresentou o maior interesse sobre o RDA na época, com base em sua produção científica sobre o tema.

Entre as conclusões das autoras, salientam-se suas afirmações sobre a baixa produtividade da América Latina sobre o RDA na época de desenvolvimento de sua pesquisa, pois, para elas “[...] os países emergentes necessitam atuar como produtores de informação e não somente como consumidores.”, e “[...] os Estados Unidos, como o país mais interessado no desenvolvimento do RDA, tende a despontar nas publicações justamente para obter reconhecimento na área de catalogação, estando à frente de outras nações.” (MACHADO; PEREIRA, 2015, p. 308).

Um artigo que similarmente apresentou informações sobre a produção científica acerca do RDA, foi o de Machado e Zafalon (2020), no qual a metodologia empregada foi o

mapeamento sistemático da literatura. Machado e Zafalon (2020, p. 2) consideraram que “Revisões e mapeamentos sistemáticos de literatura são metodologias que auxiliam na identificação de pesquisas existentes ou no desenvolvimento de pesquisas que cubram lacunas em determinadas disciplinas do conhecimento.” O objetivo dos autores foi determinar a produção científica acerca do RDA na época de seu artigo, dada a necessidade de verificar a evolução dos estudos na área com relação aos cinco teóricos reconhecidos da catalogação: Antonio Genesio Maria Panizzi, Charles Coffin Jewett, Charles Ammi Cutter, Shiyali Ramamrita Ranganathan e Seymour Lubetzky.

Passando a análise dos dados obtidos em sua pesquisa realizada no ano de 2019, Machado e Zafalon (2020) puderam indicar que a base LISTA era a que continha mais textos sobre a temática do RDA. Por outro lado, as bases BRAPCI e BENANCIP demonstraram baixa intensidade de estudos científicos sobre o RDA no âmbito brasileiro. Por meio das buscas nas bases determinou-se, ademais, que os principais assuntos escritos sobre o RDA tratavam do código em si, sobre sua implementação, da transição entre o AACR2 e o RDA, e testes com o código vigente. Alguns dos autores que escreveram acerca do RDA na época são destacados no artigo, entre eles: Gordon Dunsire, Sheila S. Intner, Jean Weihs, e Carlos Bianchini. Quanto aos dados qualitativos, Machado e Zafalon (2020, p. 16) puderam estabelecer que foi identificada

[...] a presença, ora proposital, ora não, das teorias de Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky no desenvolvimento do RDA, tanto em sua idealização quanto na elaboração de suas instruções e diretrizes. Evidenciou-se a ausência de estudos que considerem os ideais de Jewett e de estudos que fazem uso das ideias de Lubetzky.

Com a apresentação de duas análises sobre a produtividade científica a respeito do RDA, a primeira mais antiga e a segunda mais atual, são apresentados a seguir relatos de instituições latino-americanas que implementaram o RDA em seus catálogos ou em seus cursos de Biblioteconomia. A primeira parte compreende os relatos da Argentina, Chile, Colômbia e México, e a segunda parte de instituições brasileiras.

4.1 O RDA NA ARGENTINA

Para compreender sobre o processo de adoção do RDA na Argentina, recorreu-se ao relato de Barber e Salta (2017). Em seu trabalho, os autores afirmaram inicialmente que o interesse da Biblioteca Nacional Mariano Moreno da República Argentina (BNMM) no RDA surgiu durante o II Encontro Nacional de Catalogadores da Argentina (2009), organizado e

desenvolvido pela própria biblioteca. Neste encontro foram levantadas questões relativas à adoção do RDA levando em conta o contexto disciplinar da Biblioteconomia e Ciência da Informação, assim como a necessidade de se formalizarem políticas e procedimentos nos processos técnicos da biblioteca (BARBER; SALTA, 2017).

Em 2011, a BNMM realizou o VII Encontro Internacional e III Nacional de Catalogadores, e decidiu estudar a estrutura do RDA de forma mais detalhada. Em 2012, o Grupo de Trabalho sobre o RDA foi formado com o objetivo de “[...] decidir os passos a seguir com o código dentro da Argentina.” (BARBER; SALTA, 2017, p. 43, tradução nossa). Segundo os autores, o Grupo de Trabalho sobre o RDA começou suas sessões ainda sob a direção da BNMM, com os membros do grupo selecionados a partir de diferentes instituições envolvidas com o curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, além de setores de processos técnicos de diferentes bibliotecas da Cidade Autônoma de Buenos Aires e arredores. As metas desse grupo foram: analisar de forma detalhada a versão em espanhol do FRBR; estudar e utilizar a versão do RDA em inglês; e estudar a versão online do RDA disponível pela *RDA Toolkit*.

A primeira meta do grupo, a análise do modelo FRBR, tornou-se necessária em vista do desconhecimento do grupo sobre esse modelo conceitual e, por conseguinte, de sua importância na estrutura do RDA. Barber e Salta (2017) apresentaram então conceitos introdutórios sobre o FRBR, discutindo ademais as entidades, atributos e relações, assim como as tarefas dos usuários pertinentes ao modelo. Posteriormente, o Grupo de Trabalho sobre o RDA decidiu pela aplicação de exemplos, do ensino e da divulgação do FRBR. Para isso, registros bibliográficos dos catálogos online de acesso público da BNMM, e de outras bibliotecas da Argentina e do estrangeiro, tiveram alguns registros modificados de acordo com o FRBR, de forma que o modelo fosse aplicado e compreendido pelos catalogadores.

Após concluída a análise do FRBR, o grupo começou a estudar o RDA em 2013. Foi considerado importante estudar ademais a *RDA Toolkit*, o site do *Joint Steering Committee for Development of RDA* (atual *Resource Description and Access Board*), e as tabelas comparativas do RDA e do AACR2 criadas pela Biblioteca Nacional da Espanha, por exemplo. Para o melhor entendimento do RDA, o grupo foi dividido de forma que cada equipe ficasse responsável pela leitura de seções separadas do código, posteriormente apresentando suas análises para o restante do grupo. Segundo os autores, esse procedimento foi necessário “[...] para alcançar uma compreensão completa de todo o padrão no momento de analisar cada uma das partes do RDA, evitando contar com uma visão parcial do código.” (BARBER; SALTA, 2017, p. 48, tradução nossa).

Posteriormente, o grupo decidiu elaborar uma tabela para a comparação das coincidências e diferenças entre as diretrizes do RDA (2013), as regras do AACR2 (2004), as entidades-atributos-relações do IFLA FRBR (*International Federation of Library Associations and Institutions - Functional Requirements for Bibliographic Records*, 2004), e as regras do IFLA ISBD (*International Federation of Library Associations and Institutions - International Standard Bibliographic Description*, 2011). O documento final com o resultado das comparações, pode ser acessado na página *web* da Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Depois do desenvolvimento da tabela comparativa, o Grupo de Trabalho sobre o RDA elaborou um conjunto de registros bibliográficos a partir do RDA e do AACR2 com o objetivo de evidenciar as diferenças entre os códigos. Para os autores,

[...] as diferenças entre os metadados mencionados, além de servirem como material instrutivo para ensinar e divulgar o RDA em espanhol, permitiram abordar os resultados comparativos na tabela, tornando mais fácil ver as diferenças que se refletem na comparação. (BARBER; SALTA, 2017, p. 50, tradução nossa).

Por conseguinte, os autores discorreram sobre o projeto “*Tradução ao espanhol do material de treinamento do RDA elaborado e armazenado pela Library Congress (LC)*”, o qual foi dirigido pela BNMM e apresentado para a Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (ABINIA) no final do ano de 2016. Este projeto cooperativo durou 24 meses, a partir de 2017, tendo como objetivo disponibilizar recursos de aprendizagem sobre o RDA para as bibliotecas ibero-americanas (BARBER; SALTA, 2017).

O projeto de tradução foi dividido em etapas de forma que, inicialmente, foram levantados e selecionados documentos sobre treinamento em RDA desenvolvidos pela LC. Os materiais selecionados para tradução ao espanhol, foram: o “*Descriptive Cataloging Using RDA*” (trata-se da introdução, conceitos e ferramentas do RDA, a *RDA Toolkit*, entre outras informações); e o “*RDA Refreshers*” (discute assuntos como o uso de maiúsculas, abreviaturas e números no RDA, assim como as diferenças entre o AACR2 e o RDA, por exemplo). Segundo os autores, em 2017 a

[...] LC e BNMM celebraram e assinaram um Acordo de Cooperação -que tem vigência desde 20 de abril de 2017- com a intenção de traduzir ao espanhol os materiais de capacitação em RDA, visando que o pessoal da BNMM e as pessoas que falam espanhol em todo o mundo possam obter instruções formais sobre o RDA.” (BARBER; SALTA, 2017, p. 53, tradução nossa).

Em suas conclusões, os autores salientaram a importância de existir ou de se desenvolver uma familiaridade com o FRBR antes da introdução do RDA no aprendizado dos

catalogadores. Desta maneira, os autores discutem a experiência do Grupo de Trabalho sobre o RDA, o qual partiu do estudo e análise da estrutura do FRBR para posterior estudo do RDA. Quanto à adoção do código na Biblioteca Nacional Mariano Moreno, afirmou-se que desde 2012 se contemplava como seria esse processo, mas que apenas no ano de 2017 a biblioteca começou, de fato, a implementar o RDA em seu catálogo.

4.2 O RDA NO CHILE

O artigo de Quiroz Ubierna (2017), trata-se de um relato sobre a implementação do RDA no Chile. A autora declarou que houve dificuldade na implementação do RDA no país, causada pela queda do entusiasmo da comunidade bibliotecária nacional sobre o tema. Apesar disso, a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile continuou trabalhando, traduzindo a *RDA Toolkit* para o espanhol e modificando seus registros bibliográficos e de autoridade para que ficassem de acordo com as definições desta ferramenta.

Posteriormente outras instituições se interessaram pelo estudo do RDA e por sua adoção, o que levou a realização em 2015 de dois eventos na Biblioteca Central da Universidade de Concepción (Chile): o Seminário de nomes de pessoas e de entidades corporativas: registros de autoridade RDA/FRAD/MARC21; e o Curso: Criação de registros bibliográficos sobre o RDA/FRBR/MARC21. Em 2016, as discussões sobre o RDA continuaram com a Escola de Bibliotecários do Chile e com o instituto de formação para bibliotecários.

Em seguida, a autora discorreu sobre o Grupo de Interesse RDA Chile (GIRCH), o qual se formou em 2010 com o propósito de analisar os padrões contemporâneos voltados para a descrição e acesso aos recursos de informação. Para realizar estudos sobre a adoção do RDA, diferentes instituições do país se reuniram, cada uma sendo responsável por realizar análises e documentar suas experiências com a *RDA Toolkit*. Entre as atividades desenvolvidas pela GIRCH, a autora citou: a realização de capacitação teórica sobre o “RDA e sua relação com outros padrões”; a colaboração na tradução dos materiais de capacitação sobre o “RDA para registros bibliográficos”, elaborados pela LC; e capacitações sobre as “Normas de Catalogação RDA para bibliográficos”, realizadas em 2013, na Biblioteca do Congresso Nacional. Em 2014, as atividades da GIRCH foram suspensas por conta de uma reestruturação no Departamento de Processos Técnicos e na Seção de Catalogação da Biblioteca Nacional do Chile (QUIROZ UBIERNA, 2017).

Na época da realização de seu artigo, a autora afirmou que ocorreram discussões sobre a implementação do RDA e foram analisadas questões como as vantagens e desvantagens da adoção do código e foi considerado se sua adoção deveria começar na Biblioteca Nacional e, posteriormente, ser implementada nas outras bibliotecas do país. Quiroz Ubierna (2017), comentou ainda os casos de adoção parcial e completa do RDA por algumas instituições do país. Um exemplo de adoção parcial do código, teve-se na Biblioteca Nacional do Chile, a qual em 2015 optou pela “[...] aplicação do RDA em um grupo de registros, com o objetivo de estudar e avaliar o tempo que levava para criar registros utilizando os ‘novos’ campos MARC considerados pelo RDA.” (QUIROZ UBIERNA, 2017, p. 5, tradução nossa). Já um exemplo de adoção completa do código, encontrou-se no caso da Biblioteca Central da Universidade de Concepción, a qual por meio de grupos de estudo, capacitações e eventos sobre o RDA, conseguiu implementar o código de forma efetiva.

Segundo a autora, a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile (BCN) foi a primeira a utilizar o RDA na catalogação de seus registros bibliográficos e de autoridade. A BCN adotou a ferramenta *RDA Toolkit* desde seu lançamento, ademais criou capacitações para bibliotecários e técnicos bibliotecários do Departamento de Produção de Recursos de Informação no ano de 2012. A biblioteca também promoveu capacitações externas quanto ao RDA, onde compartilhava suas experiências com a implementação do código. Entre suas reflexões finais sobre a pesquisa, a autora afirmou que a BCN teve um papel essencial quanto ao estudo do RDA no Chile e em sua adoção, por promover, incentivar e realizar capacitações sobre o código no país.

4.3 O RDA NA COLÔMBIA

Quanto à adoção do RDA na Colômbia, foi estudado o relato do artigo de Tuso González (2017), o qual explorou a participação e união de diferentes bibliotecas do país com o intuito de implementar o RDA em seus catálogos. Entre estas instituições, estavam a *Biblioteca Luis Ángel Arango*, a *Biblioteca Pública Piloto de Medellín*, e a *Universidad del Valle*. A implementação do RDA na Colômbia seguiu um planejamento denominado pelo autor como “prova piloto”, no qual foram estabelecidas desde 2015 reuniões periódicas, presenciais e virtuais, entre as instituições interessadas na adoção do código. Esses encontros eram voltados para o desenvolvimento de registros bibliográficos em RDA.

Por meio dessa “prova piloto”, foram estabelecidos objetivos tais como o estudo da *RDA Toolkit* e dos modelos conceituais envolvidos na estrutura do código, assim como o

compartilhamento de experiências entre as instituições sobre a adoção do RDA. A adoção do RDA começou pela Biblioteca Nacional da Colômbia (BNC), a qual é responsável pelo desenvolvimento das políticas e programas que estruturam o processamento técnico do patrimônio técnico e documental do país. Segundo o autor, a implementação do RDA na BNC em substituição do AACR2,

[...] fornece novos recursos que oferecem outras possibilidades de catalogação e que apoiam a criação de dados bem estruturados, melhora a experiência dos usuários nos ambientes de pesquisa e recuperação da informação, e facilita - por sua vez - a consulta de registros bibliográficos nos ambientes digitais atuais [...]. (TUSO GONZÁLEZ, 2017, p. 2, tradução nossa).

Por conseguinte, o autor afirmou que por meio da experiência adquirida com a “prova piloto” na implementação do RDA na Colômbia, foram gerados resultados positivos que poderiam ser um referencial para a adoção do código na América Latina. Entre os resultados apresentados, apontaram-se: a configuração do Sistema Integrado de Biblioteca (SIB); a elaboração de registros baseados nas entidades obra, expressão, e manifestação, por exemplo; e a criação do Fórum RDA, voltado para a troca, publicação, atualização e elaboração de manuais de catalogação sobre o RDA (TUSO GONZÁLEZ, 2017). Logo, apresentaram-se as principais características e metas do Fórum RDA, entre as quais destacam-se: disponibilizar o acesso aos materiais desenvolvidos na “prova piloto” de maneira aberta e livre; e promover a colaboração bibliotecária local e internacional.

Posteriormente, o autor discorreu sobre os resultados e ponderações obtidos com a implementação do RDA desde 2015 em 25 unidades de informação, entre bibliotecas universitárias, públicas e especializadas. Assim, afirmou-se que

[...] Nem todo software bibliográfico está preparado para a mudança e aplicação do padrão RDA. [...] As mudanças desenvolvidas pelo RDA na descrição dos registros são favoráveis para os usuários, facilitando a não abreviação da informação e uma melhor recuperação dos registros. [...] A elaboração de registros em RDA é muito mais dispendiosa pela complexidade e desenvolvimento descritivo que indica a norma. [...] A adoção do padrão para um nível de descrição amplo requer um maior número de tempo e recursos humanos. (TUSO GONZÁLEZ, 2017, p. 6-7, tradução nossa).

Quanto às dificuldades envolvidas na adoção do código, o autor afirmou que encontrou dificuldade principalmente quanto à introdução efetiva dos modelos FRBR e FRAD no *software* para descrição bibliográfica das instituições. Considerou-se que os *softwares* não eram compatíveis com as estruturas implicadas nos modelos, mais especificamente, os grupos e relações previstos neles. Dessa forma, enfatizou-se a necessidade dos criadores dos *softwares*

utilizados em bibliotecas considerarem a estrutura dos modelos conceituais quando desenvolverem essas ferramentas.

Por fim, Tuso Gonzáles (2017) abordou a implementação do RDA na Biblioteca Digital BNC. O autor salientou que, desde seu início, os registros do catálogo da biblioteca foram migrados do formato MARC para o *Dublin Core* por meio da ferramenta *MarcEdit*. Sobre a adoção do RDA no controle de autoridade, foi estabelecido que cada país deveria se responsabilizar pela aplicação do código em seus catálogos. Dentre as etapas seguidas pela Colômbia para implementação do RDA no controle de autoridades, citou-se: a normalização dos registros e unificação de autores; e a migração para o repositório central de autoridades, depois da padronização das informações (TUSO GONZÁLEZ, 2017). Em suas conclusões, o autor enfatizou a importância do *software* para descrição bibliográfica estar totalmente adaptado para os modelos conceituais envolvidos na utilização do RDA, além disso, questões envolvendo o código são elencadas no final do artigo.

4.4 O RDA NO MÉXICO

Conforme o artigo de Martínez Arellano, Santana Chavarría, e Rosa Valgañón (2017), a Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) é a maior universidade pública do México e da América Latina. A UNAM dispõe de três importantes instituições bibliotecárias: a Biblioteca Nacional do México; a Direção Geral de Bibliotecas; e o Instituto de Investigações Biblioteconômicas. Para os autores,

Estas três entidades da UNAM se encontram diretamente envolvidas com a área da catalogação de recursos de informação e se desenvolvem em cada uma delas projetos e atividades relacionadas com a aplicação do novo padrão de catalogação RDA. (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017, p. 3, tradução nossa).

Inicialmente, os autores discorreram sobre a implementação do RDA na Biblioteca Nacional do México, destacando que a principal função dessa biblioteca é a construção de registros bibliográficos de itens inseridos no acervo por meio do Depósito Legal, compra e doação. Quanto à implementação do RDA no catálogo da biblioteca, afirmou-se que essa se deu mediante etapas que contaram com a formação de equipes de trabalho com as instituições que estavam estudando o RDA desde a teoria, e também com aquelas que já estavam implementando o RDA.

Sobre a atualização dos processos de catalogação da biblioteca, foram consultados fóruns nacionais e internacionais sobre catalogação, e pessoas que estavam diretamente

envolvidas com o RDA. Segundo os autores, a atualização foi possível pelo Instituto de Investigações Biblioteconômicas e da Informação (IIBI), uma dependência da UNAM que foi responsável por realizar os cursos e conferências que, por sua vez, influenciaram a decisão de implementação do RDA (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017).

Quanto aos processos que levaram à implementação do RDA, os autores afirmaram que as reuniões de trabalho para esse objetivo levaram cerca de um ano (a saber, o ano de 2013). Durante esse tempo, naturalmente surgiram dúvidas sobre a adoção do RDA, sobre a ferramenta RDA *Toolkit*, entre outras. As etapas seguidas para a implementação do RDA na biblioteca, foram as seguintes: Mudanças no registro bibliográfico de cada tipo de recurso; Modelos ou formatos para o ingresso de dados de cada tipo de recurso; Redação das políticas e procedimentos; Trabalho de controle de autoridades; Procedimento para o controle de autoridades; e Requerimentos para o Departamento de Informática em cada etapa.

Destacou-se ainda que uma das etapas que teve de ser considerada, foi a capacitação dos funcionários da biblioteca. Nessa etapa, os modelos preparados para orientar sobre a forma de descrição dos diferentes tipos de recurso e as políticas criadas para conduzir o trabalho de catalogação, forneceram grande ajuda para os funcionários, pois ainda não havia tradução do RDA para o espanhol na época. Quanto às principais mudanças observadas com a aplicação do RDA na Biblioteca Nacional do México, citam-se: Controle dos pontos de acesso mediante registros de autoridade; Novos elementos e dados para os registros de autoridades; e Consulta do código RDA online.

Entre os impactos da implementação do RDA na biblioteca, os pesquisadores citaram: o desenvolvimento de um trabalho mais profissional e maior apoio tecnológico para a manutenção e atualização da base bibliográfica, ainda que, quanto a este segundo aspecto, os autores salientaram que até o momento em que a pesquisa foi elaborada (2017) a plataforma tecnológica ainda não era capaz de executar os relacionamentos entre os dados possibilitada pelo RDA. Ainda sobre a implementação do RDA na Biblioteca Nacional do México, foi afirmado no artigo que “Aplicar o RDA implica ter uma inscrição da ferramenta online, a qual também é uma mudança substancial em comparação com a normatividade anterior.” (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017, p. 10, tradução nossa).

Posteriormente, os autores discorreram sobre a implementação do RDA no Catálogo do Sistema Bibliotecário e de Informação da UNAM (SIBIUNAM). As modificações do catálogo começaram em março de 2010, corrigindo problemas de uniformidade, formas de entrada dos

nomes, entre outros. Ademais, foram analisadas as qualidades e características do RDA de forma que a Direção Geral de Bibliotecas (DGB) da UNAM decidiu pela adoção do RDA para a modificação de diversos registros bibliográficos de seus catálogos. Os pesquisadores destacaram que as mudanças nos registros dos catálogos da Direção Geral de Bibliotecas apresentaram grandes avanços com a implementação do RDA e que, desde 2016, os campos das relações entre as entidades têm sido progressivamente integrados no catálogo, com o objetivo de oferecer aos usuários mais opções de busca e uma maior recuperação de dados.

Em seguida, foi abordado o caso do Instituto de Investigações Biblioteconômicas e da Informação (IIBI), antigo Centro Universitário de Investigações Biblioteconômicas (CUIB), que foi o responsável por influenciar a aproximação dos bibliotecários com a atividade de investigação. Deste modo, seus projetos e atividades de organização da informação foram complementares quanto a decisão da adoção e implementação do RDA (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017).

Desde o surgimento do RDA, o IIBI tem participado das *Reuniões de Experts* sobre um Código Internacional de Catalogação patrocinadas pela IFLA e realizadas entre 2003 e 2007 em diferentes regiões do mundo, cujas discussões levaram ao desenvolvimento do RDA. Posteriormente, os autores comentaram sobre a iniciativa do Centro Universitário de Investigações Biblioteconômicas da UNAM no ano de 2004, em realizar uma série de reuniões para discussão de tópicos relativos à revisão e atualização de seu trabalho de catalogação. Participaram dessas reuniões especialistas das instituições bibliotecárias da UNAM e entidades como a Biblioteca Nacional do México, a Direção Geral de Bibliotecas da UNAM, o Centro Universitário de Investigações Biblioteconômicas, entre outras. Anos depois, essas reuniões originaram a série de Encontros de Catalogação e Metadados, desenvolvidas pelo então Instituto de Investigações Biblioteconômicas e da Informação (antigo Centro Universitário de Investigações Biblioteconômicas), os autores afirmaram que:

Estes encontros se converteram no fórum nacional e regional por excelência para a discussão acadêmica e troca de experiências sobre a teoria e prática da organização da informação e da catalogação, particularmente sobre a adoção e aplicação do novo código de catalogação, RDA (*Resource Description and Access*), tema que esteve presente em todos os encontros. (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017, p. 22, tradução nossa).

Os autores julgaram importante destacar que o IIBI patrocinou o Seminário de Organização da Informação, que possuía objetivos como analisar a eficiência e efetividade do processo de catalogação a partir da implementação do RDA, e discutir sobre o impacto atual

da pesquisa em catalogação nos planos e programas de formação de bibliotecários na área de organização da informação (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017). Para os pesquisadores, a existência de três instituições bibliotecárias dentro da Universidade Nacional Autónoma do México (o IIBI, a Biblioteca Nacional do México e a Dirección Geral de Bibliotecas), possibilitaram a partir do processo de implementação do RDA em seus catálogos, o ponto de partida para análises e discussões sobre as implicações de sua adoção.

4.5 O RDA NO BRASIL

Com a apresentação inicial de alguns países latino-americanos que implementaram o RDA em suas instituições, segue-se para o relato de instituições brasileiras que adotaram o código em suas bibliotecas ou em seus cursos de Biblioteconomia, começando pelo relato da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

4.5.1 O RDA EM CAXIAS DO SUL

O relato sobre a adoção do RDA no controle de autoridades do sistema de bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (UCS), foi elaborado por Hubner, Teixeira e Correio (2018). Segundo os autores, a Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul foi criada em 1970, ao reunir os acervos das bibliotecas das instituições que formaram a universidade (HUBNER; TEIXEIRA; CORREIO, 2018).

Afirmou-se que em 1993 novas bibliotecas foram criadas na universidade, levando a criação do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (SiBi - UCS), o qual é administrado pela Biblioteca Central da instituição. Os autores destacaram que a Biblioteca Central é a única unidade da instituição responsável pela catalogação de todo o acervo mantido por todo o sistema de bibliotecas. Além disso, com a adoção do sistema Pergamum em 1997 as bibliotecas da UCS passaram a trabalhar com um único catálogo, o qual beneficiou os processos e rotinas de trabalho executados pelas bibliotecas.

Discorrendo sobre a importância do controle de autoridades, Hubner, Teixeira e Correio (2018, p. 51, tradução nossa), ressaltaram que

Pelo catálogo bibliográfico ser o principal canal de comunicação entre o usuário e o acervo da biblioteca, e por ter como objetivo principal mostrar todos os recursos de informação disponíveis associados a uma determinada pessoa, família, entidade coletiva, título ou assunto, é necessária a existência de atividades de controle de autoridade.

Para os autores, porém, a segunda edição do AACR2 não forneceu as informações necessárias para a elaboração acurada de um registro de autoridade, sendo o RDA então o código capaz de mudar essa realidade. Dessa forma, foi apresentado no artigo a relação entre a estrutura do RDA, e como ele fornece em suas características os elementos essenciais para desenvolver um controle de autoridade completo.

Assim, relatou-se que a adoção do RDA no controle de autoridades da UCS iniciou-se pela utilização dos documentos disponibilizados pela *Library of Congress* (LC), os quais apresentavam os novos campos de descrição MARC em conformidade com o RDA. A partir da confirmação recebida da LC no ano de 2012 sobre o uso desses novos campos, os bibliotecários da universidade analisaram imagens de registros de autoridade criados pela *Library of Congress* e, então, definiram etapas para a atualização dos campos de descrição nos registros de autoridades do sistema de bibliotecas da universidade.

A primeira etapa foi a escolha dos campos a serem utilizados, a qual foi organizada seguindo a política responsável pelos processos de controle de autoridade. Durante essa parte, foi constatado que “Antes mesmo de traduzir os campos, percebemos que nem todos poderiam ser implementados devido à política da UCS para controle de autoridade.” (HUBNER; TEIXEIRA; CORREIO, 2018, p. 62, tradução nossa). Além disso, a repetitividade de informações observada em alguns campos, também influenciaram em sua adoção.

Passando a segunda etapa, afirmou-se que essa tratou da tradução dos campos e subcampos do MARC autoridades para o RDA. Além da tradução dos novos campos, nessa etapa foram atribuídas novas traduções aos termos do MARC já cadastrados no sistema Pergamum utilizado pela biblioteca.

Já a terceira etapa caracterizou-se pela implantação dos novos campos no *software* Pergamum, na qual foi necessário realizar contato com o suporte técnico do sistema. Com a confirmação de que os novos campos a serem inseridos no sistema não seriam excluídos ou cancelados em caso de atualização do Pergamum, foi criada então uma tabela “[...] com todos os campos e subcampos a serem inseridos [...] a fim de otimizar o processo e dividir sistematicamente as tarefas entre a equipe.” (HUBNER; TEIXEIRA; CORREIO, 2018, p. 63, tradução nossa). Seguiu-se dessa forma para a fase de inserção dos campos no sistema.

Os autores concluíram que a experiência de adoção do RDA no controle de autoridades da UCS, embora tenha sido um processo extenso e tenha havido a necessidade de estudo sobre o código, foi positiva tanto para o catálogo da biblioteca, quanto para a comunidade acadêmica que utiliza esse serviço. Hubner, Teixeira e Correio (2018) afirmaram que o RDA, diferentemente do AACR2, apresenta mais possibilidades de relações entre registros

bibliográficos e oferece novas informações para os usuários. Destaca-se, por fim, que ao trabalhar com a inserção do RDA no catálogo de sua biblioteca, a Universidade de Caxias do Sul foi a única instituição latino-americana a ter seu nome inserido na plataforma *RDA Toolkit*.

4.5.2 O RDA NA EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO (RIO GRANDE DO SUL)

A adoção do RDA pela Biblioteca Central Irmão José Otão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), foi relatada por Selbach *et al.* (2020). Segundo os autores, o processo de implementação do RDA nos processos de catalogação da biblioteca começou a partir do ano de 2013 e foi oficialmente finalizado em 2016.

Quanto ao processo de implementação do RDA na biblioteca da universidade, afirmou-se que ocorreram ponderações que “[...] previram a inclusão de todas as informações descritivas das obras que promovessem a descoberta do material no catálogo.” (SELBACH *et al.*, 2020, p. 730). Dessa forma, foram efetuadas mudanças no catálogo como a redução no uso de abreviaturas, a adoção de campos de acordo com as instruções do RDA, e a elaboração de registros de autoridade de forma minuciosa, possibilitando uma otimização no catálogo de autoridades.

Os autores salientaram, entretanto, que houveram mudanças em alguns dos critérios relacionados à adoção do RDA pela Biblioteca da PUCRS. Essas mudanças ocorreram a partir da experiência de uso do código e a partir da necessidade de se reavaliar os processos de catalogação. Em 2018, a política de controle de autoridades foi modificada de forma que nas obras criadas por diferentes autores, mas organizadas, editadas ou coordenadas por apenas uma pessoa, o controle de autoridade seria realizado apenas para esta última situação (SELBACH *et al.*, 2020).

No ano de 2019, a política de catalogação para artigos sofreu modificações de modo a otimizar os artigos eletrônicos publicados nas revistas da Editora da Universidade internacionalmente. O controle de autoridades é realizado então para o primeiro autor que é citado no artigo, não obstante, é possível recuperar os demais autores por meio do registro bibliográfico do material.

Posteriormente, os autores destacaram que existem questões a ser pensadas quanto aos processos de catalogação realizados pela Biblioteca da PUCRS, sendo elas

[...] o número de obras que precisam ser disponibilizadas aos usuários é elevado; os bibliotecários participam de atividades multidisciplinares em

grupos de trabalho focados no desenvolvimento de ações e melhorias na Biblioteca; e há um número restrito de catalogadores. Isso faz com que sejam necessárias adaptações nas políticas de catalogação para que o usuário continue tendo uma experiência de uso da Biblioteca por completo. (SELBACH *et al.*, 2020, p. 732).

Em suas conclusões, Selbach *et al.* (2020) afirmaram que apesar dos ajustes no controle de autoridades relatados anteriormente, desde a adoção do RDA a Biblioteca Central da PUCRS possuía, até o momento em que o relato foi elaborado, mais de 29 mil registros de autoridades controladas de acordo com o código. Foi considerado que ainda era necessário melhorar a exibição dos registros de autoridade na ferramenta de busca Omnis, a qual permite a realização de uma pesquisa única em todas as fontes de informação oferecidas pela Biblioteca Central da PUCRS. Por fim, salientou-se que os bibliotecários da instituição estão constantemente estudando o universo catalográfico e o RDA em si, observando suas atualizações e participando de eventos, palestras e cursos sobre esses assuntos.

4.5.3 O RDA NA EXPERIÊNCIA DOS BIBLIOTECÁRIOS DE SANTA CATARINA

A pesquisa de Borin e Trevisol Neto (2019), tinha como propósito observar o conhecimento dos bibliotecários de Santa Catarina sobre o RDA e sua adoção. A pesquisa ocorreu entre os dias 15 a 31 de outubro de 2018, com questões desenvolvidas com base na pesquisa de Amorim (2017), e voltada para os bibliotecários envolvidos no Conselho Regional de Biblioteconomia de Santa Catarina que, até o desenvolvimento da pesquisa, contava com 1.658 profissionais registrados. A forma de coleta de dados se deu mediante aplicação de questionário, levando em conta questões como a viabilidade técnica, tecnológica e profissional da implantação do RDA nas bibliotecas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (BORIN; TREVISOL NETO, 2019).

Nos resultados da pesquisa, os autores afirmaram que foram questionadas 110 pessoas de 55 instituições diferentes, dentre as quais participaram bibliotecas municipais e federais. Dos entrevistados, a grande maioria trabalhava nos processos de catalogação (91%). Outro dado levantado pelos autores, foi sobre o conhecimento dos respondentes acerca do RDA onde observou-se que 53% deles ouviram falar sobre o código, 31% disseram conhecê-lo, e 16% responderam não ter conhecimento sobre o assunto.

Sobre a plataforma RDA *Toolkit*, os pesquisadores analisaram que somente 11% dos entrevistados afirmaram conhecer a ferramenta e suas funcionalidades, enquanto 24%

responderam que ouviram falar sobre ela e, a maioria (65%), não tinha conhecimento sobre a RDA *Toolkit*. Quanto à viabilidade da implantação do código,

[...] 53% acreditam que a implantação do RDA é viável, apresentando melhorias para a catalogação e recuperação da informação e 47% acreditam não ser viável, devido aos impactos que o novo código pode apresentar a instituição e aos profissionais. (BORIN; TREVISOL NETO, 2019, p. 12).

Questionados sobre os possíveis impactos da implantação do RDA para a instituição, o catálogo e os usuários, os entrevistados puderam escolher até três alternativas que, posteriormente, foram destacadas pelos pesquisadores nos resultados de sua pesquisa. Dentre estas alternativas, citam-se algumas que foram escolhidas com maior frequência pelos entrevistados: A melhoria na recuperação da informação; Cultura organizacional dos bibliotecários (as) - mudanças nos processos de catalogação; e Capacitação dos servidores.

Sobre a adoção do novo código de catalogação, os pesquisadores puderam inferir com base nas respostas dos bibliotecários que optaram por responder essa questão, que existe certa insegurança quanto a aplicação do RDA nas bibliotecas, pois, embora alguns atestem a importância desse código para oferecer ao usuário um melhor atendimento, também foram elencadas algumas possíveis dificuldades da implementação deste código nas bibliotecas brasileiras. Entre estas dificuldades, comentou-se a questão do código não estar traduzido para o português e da necessidade de uma capacitação dos bibliotecários para usá-lo, por exemplo. Borin e Trevisol Neto (2019) salientaram, ainda, a importância da produção de artigos sobre o RDA, os quais discutam também assuntos como os possíveis caminhos para os catálogos das bibliotecas brasileiras migrarem ou se adaptarem do AACR2 para o RDA.

4.5.4 O RDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF - MINAS GERAIS)

O artigo de Silva e Soares (2019), apresentou um estudo de caso quanto à implementação do RDA na catalogação dos registros de autoridade da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Inicialmente, as autoras discutiram sobre a criação da universidade em 1960, e do campus universitário em 1969. Logo, apresentaram o Centro de Difusão do Conhecimento (CDC), o qual é responsável pela coordenação das 18 bibliotecas da instituição, sendo uma biblioteca central e 17 setoriais. A Gerência de Acervo do CDC é a unidade

responsável pelo processamento técnico de materiais informacionais (catalogação, classificação e indexação) (SILVA; SOARES, 2019).

Posteriormente as autoras afirmaram que, com a migração de dados do sistema de gerenciamento bibliográfico SIGA para o Pergamum em 2017, foi observada uma grande pluralidade de registros bibliográficos e de autoridade. Dessa forma, foi proposta a adoção de elementos do RDA neste mesmo ano para a representação dos dados de autoridade do acervo e a centralização da criação dos registros de autoridade na Biblioteca Central. Isso possibilitou um modelo padronizado de descrição e tornou os registros mais precisos. Para Silva e Soares (2019, p. 95), “[...] a criação de registros de autoridade mais completos facilitará a transição para os futuros esquemas de estruturação de dados totalmente em RDA.”

Segundo as autoras, ao observar os benefícios da implementação do RDA nos registros de autoridade, a UFJF considerou principalmente a possibilidade de uma descrição completa dos dados de autoridade e a ampliação dos registros de relacionamento entre as autoridades, uma dinâmica possível por meio do RDA. Seguidamente, apresentaram de forma mais detalhada a implementação do RDA no acervo, a qual começou pelo catálogo de autoridades tendo como exemplos catálogos como o da LC. As fontes de informação pesquisadas contaram com o sistema Pergamum, a Plataforma *Lattes*, entre outras. Os campos de descrição empregados levaram em conta a relevância da informação para o tipo de autoridade que as autoras apresentaram, a saber, docentes relacionados ao curso de Farmácia da UFJF.

As autoras puderam concluir que, entre as dificuldades percebidas na introdução do RDA no controle de autoridade da UFJF, teve-se “[...] à falta de cursos de capacitação voltados para o RDA e à carência de discussões e ambientes para troca de experiência com bibliotecas que façam o uso do RDA nos seus catálogos.” (SILVA; SOARES, 2019, p. 99). Como perspectivas futuras, apontaram a continuação da implementação do código nos registros de autoridade do acervo da universidade, e a necessidade de ampliação do uso do RDA pelos *softwares* de gerenciamento de acervos brasileiros possibilitando, assim, que os usuários usufruam dos recursos informacionais possibilitados pelo código e que haja atualização dos dados empregados nas autoridades.

4.5.5 EXPERIÊNCIA DE ENSINO DO RDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

A implementação do RDA na Universidade Federal de Goiás (UFG), foi relatada no artigo “*Ensino do código RDA: processos e desafios na implantação no curso de*

Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás”, escrito por Reis e Silva (2019). Os autores discutiram inicialmente o crescimento do uso das tecnologias de informação e comunicação, e como isso afetou a evolução da catalogação.

Seguidamente foi discutido o ensino do RDA nas instituições brasileiras, onde afirmou-se que ainda são poucas as instituições que começaram a ensinar sobre o assunto em seus cursos de Biblioteconomia. Nesta perspectiva, a UFG começou a abordar o RDA em uma disciplina denominada “Representação Descritiva III”, ministrada desde 2017. Segundo os autores, o currículo do curso de Biblioteconomia da universidade necessitava ser modernizado de forma que o ensino do RDA em sua totalidade fosse incluído, assim o processo de atualização do currículo “[...] se iniciou com a capacitação dos professores por meio da participação em cursos, eventos, grupos de pesquisa e publicação de artigos científicos.” (REIS; SILVA, 2019, p. 57).

Outrossim, foi decidido que o ensino do código seria dividido em três disciplinas: Catalogação: história, princípios e modelos conceituais; Metadados no domínio bibliográfico; e *Resource Description and Access*. Ocorreram desafios para o ensino da disciplina “Representação Descritiva III” na UFG. Um deles, segundo os autores, foi o questionamento de alguns professores sobre a necessidade de mais uma disciplina voltada para o ensino da representação descritiva. Além disso, afirmou-se que a plataforma RDA *Toolkit* não continha uma tradução para o português das diretrizes do código, dificultando o aprendizado e possibilitando erros de interpretação para os estudantes que não tinham conhecimento da língua inglesa.

Como resultados, os autores mencionaram a atualização dos conhecimentos dos bibliotecários formados pela UFG, e ressaltaram a importância da formação continuada dos catalogadores, pois os avanços tecnológicos têm influência direta na representação descritiva.

4.5.6 EXPERIÊNCIA DE ENSINO DO RDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Como último exemplo de adoção do RDA na América Latina, dessa vez em uma disciplina do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi verificado o relato apresentado por Lourenço e Dias (2019). Segundo as autoras, em 2015 a biblioteca da UFMG adquiriu o livro “*The RDA workbook*” escrito por Margaret Mering (2014), livro este escolhido por seu conteúdo didático e com perspectivas de ser usado em uma disciplina desenvolvida para o ensino do RDA.

Inicialmente, o material desenvolvido por Mering (2014) foi estudado e traduzido. Posteriormente, no ano de 2016, foi ofertada a disciplina “Tópicos em Catalogação e Classificação da Informação D: MARC, RDA e metadados”, como um tópico optativo do curso de Biblioteconomia da universidade. Afirmou-se ainda que, “Após, três anos de oferta ininterrupta e atendendo a três turmas por ano, foram realizados ajustes, tanto na tradução do material usado, quanto nos conteúdos das aulas, bem como nas atividades propostas.” (LOURENÇO; DIAS, 2019, p. 47).

Logo as autoras discorreram sobre as características do livro criado por Mering (2014), o qual inicialmente descreve o modelo FRBR e salienta no capítulo seguinte, tópicos sobre a adoção do RDA. Seguidamente, afirmou-se que o capítulo 3 do livro volta-se para a discussão do controle de autoridade, e o capítulo posterior para o debate das questões gerenciais envolvidas na adoção do código (LOURENÇO; DIAS, 2019).

Sobre a metodologia da disciplina criada para o ensino do RDA, informou-se que no início das aulas realiza-se uma revisão sobre o formato MARC e são estudados outros padrões de metadados relacionados com a implementação do RDA. Posteriormente, ressaltou-se que os capítulos do livro de Mering (2014) utilizados como base para a disciplina foram os três primeiros. Segundo as autoras, o quarto capítulo necessitaria de uma disciplina específica para tratar do conteúdo por ele abordado e já mencionado anteriormente. Entretanto, a necessidade de se desenvolver uma Política de Catalogação para a adoção do RDA, é um dos assuntos de interesse abordados nas aulas.

Quanto às atividades de aprendizado sugeridos no livro base da disciplina, comentou-se a importância do conhecimento sobre as quatro entidades básicas do modelo FRBR (obra, expressão, manifestação e item), pois são necessárias para o aprendizado e para a associação de cada uma dessas entidades a seus elementos característicos quando se está trabalhando na descrição de um item (LOURENÇO; DIAS, 2019). Por fim, foi destacado que a aplicação de exercícios complementares à teoria ensinada, e o contato com o RDA em si, reforçam o aprendizado dos alunos. Segundo as autoras “[...] os alunos vão progressivamente assimilando os conceitos da RDA para na sequência navegar pelos capítulos da norma.” (LOURENÇO; DIAS, 2019, p. 50).

Depois de apresentar o RDA, as autoras relataram que o livro de Mering (2014) sugere exercícios de catalogação em RDA para seus leitores. Lourenço e Dias (2019) apresentam alguns exemplos destes exercícios em seu trabalho. Mais tarde, afirmaram que a última atividade da disciplina “Tópicos em Catalogação e Classificação da Informação D: MARC, RDA e metadados”, foi desenvolvida com base no padrão de metadados *Dublin Core*, o qual

segundo as autoras possui geradores de dados online que tornam a atividade de catalogação em RDA mais simples.

Em suas conclusões, as autoras consideraram que com base no livro de Mering (2014), o ensino do RDA foi assimilado de forma clara e consistente pelos alunos do curso de Biblioteconomia da UFMG. Apontaram, destacadamente, que a maior dificuldade desse processo foi a tradução das atividades para o português, e que o controle de autoridade em RDA é um tópico que necessita de mais estudos (LOURENÇO; DIAS, 2019). Recomendaram, por fim, que os cursos de Biblioteconomia brasileiros discutam de maneira mais aprofundada assuntos relacionados ao RDA, tais como: o desenvolvimento de uma política de catalogação; o treinamento de pessoal; a capacidade tecnológica da instituição; e a viabilidade do padrão MARC quanto à implementação do código.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Como forma de ilustrar os dados obtidos com a análise das instituições apresentadas anteriormente, apresentam-se os quadros a seguir. O quadro 4 apresenta uma síntese do ano em que o RDA foi implementado ou que iniciou-se a discussão para sua implementação:

Quadro 4 - Ano em que as instituições começaram a trabalhar com o RDA

Ano (análise inicial ou implementação)	Instituição
2009	Argentina
2010	Chile
2010	México
2012	Brasil - UCS
2013	Brasil - Biblioteca Central Irmão José Otão
2015	Colômbia
2015	Brasil - UFMG

2017	Brasil - UFJF
2017	Brasil - UFG
2018	Brasil - Santa Catarina

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observa-se a partir do quadro 4, que a Argentina foi o primeiro país da América Latina a iniciar as discussões sobre a implementação do RDA no ano de 2009, um ano antes do RDA ser oficialmente publicado. Posteriormente, foram localizados relatos no Chile e no México, no ano de 2010. No Brasil, observa-se que haviam estudos sobre a adoção do código desde 2012, com a Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Destaca-se que há casos de países apresentados neste trabalho nos quais várias instituições adotaram o RDA, porém, para os fins desta pesquisa, analisou-se o emprego do código no país de forma geral.

O quadro a seguir, apresenta uma síntese sobre os principais fatores discutidos e observados nos relatos das instituições:

Quadro 5 - Análise sobre a adoção do RDA

Relato	Analisou os modelos conceituais que estruturam o código	Traduziu o código ou materiais relativos a ele	Apontou dificuldades	Apontou benefícios	Utilizou e/ou gerou produtos de informação	Ofereceu indicações
Argentina	X	X			X	X
Chile	X	X			X	

Colômbia	X		X	X	X	X
México	X		X	X	X	X
Brasil - UCS	X	X	X	X	X	
Brasil - Biblioteca Central Irmão José Otão	X		X	X		
Brasil - Santa Catarina			X	X	X	X
Brasil - UFJF			X	X	X	X
Brasil - UFG	X		X	X	X	X
Brasil - UFMG	X	X	X	X	X	X
Resultados afirmativos	8	4	8	8	9	7

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao observar o quadro 5, é possível inferir que das dez instituições analisadas, oito consideraram importante estudar os modelos conceituais relacionados com o RDA (principalmente o FRBR). Além disso, observa-se que dessas organizações, quatro se ocuparam de traduzir o código (ou materiais relacionados a ele) para o seu idioma nativo. Quanto às dificuldades em relação à adoção e/ou utilização do RDA, oito entre dez instituições apontaram algum tipo de dificuldade ou desafio. Os benefícios da utilização do código foram apresentados em quase todos os relatos, apenas em dois não foram apresentados exemplos sobre o assunto.

Entre as dez instituições estudadas, nove afirmaram que a aplicação do código contou com produtos de informação (capacitações, cursos, fóruns, entre outros), ou que esses produtos foram utilizados a partir da adoção do RDA. Verificaram-se diversas indicações e/ou sugestões relevantes sobre a implementação do RDA, ou de assuntos relacionados a ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com o exposto neste trabalho, constata-se que na história da catalogação desde seus períodos remotos, havia uma busca pela melhor forma de organização e representação de itens informacionais, marcadamente de livros e manuscritos. Inicialmente o foco dessa atividade eram os objetos em si, sua salvaguarda, valorização e preservação.

Posteriormente, com o passar do tempo e o desenvolvimento dos catálogos, surge a necessidade de práticas e códigos que normalizem e estruturem a catalogação.

Dessa forma, surge o código Recurso: Descrição e Acesso (RDA), sucessor do Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2) e desenvolvido para o atual ambiente tecnológico. O código vigente foi planejado com foco no usuário, nas novas formas de representação de objetos de informação, e para oferecer atualizações quanto a descrição de recursos e seus atributos. Com o desenvolvimento deste trabalho, identificou-se que o RDA ainda mantém características de seu antecessor, porém, observou-se que as possibilidades que o novo código traz para a catalogação são indiscutivelmente necessárias e proveitosas para esse universo. Com a experiência do AACR2, o RDA foi desenvolvido de forma a preencher lacunas e oferecer mais recursos para seu catalogador e, no fim, para o usuário dos catálogos.

Com o cumprimento do objetivo geral de identificar instituições latino-americanas que adotaram as diretrizes do RDA, e verificando seus relatos sobre a implementação deste código em seus processos de catalogação, identificou-se que a maioria dessas organizações observaram impactos tanto positivos como negativos durante esse processo. Além disso, percebeu-se que um grande número de instituições utilizaram e/ou criaram formas de capacitação para que seus profissionais estudem e passem a catalogar em RDA. Isso demonstra a importância dada ao código e o interesse em adotá-lo na América Latina.

Ainda que alguns dos autores estudados tenham indicado desvantagens sobre o RDA, percebeu-se que houve um número maior que salientou as vantagens dele. O interesse, estudo, e a adoção deste código na América Latina parece estar crescendo e se tornando cada vez mais indispensável tanto para as organizações quanto para os cursos de Biblioteconomia. Enfatiza-se que o processo de implementação do código, assim como sua utilização, é fundamental para que as instituições estejam inteiradas e atualizadas quanto ao RDA e o atual ambiente digital do qual ele faz parte.

Compreende-se, porém, que alguns dos desafios envolvendo a adoção do novo código pelas instituições latino-americanas não são simples de serem resolvidos. Conforme apontado por muitos autores citados neste trabalho, questões como o preço para uso do código, o idioma, e até mesmo a conveniência da instituição, são fatores que pesam quanto à decisão sobre a adoção do RDA. Tendo como exemplo a problemática do idioma, destaca-se que o código ainda não foi traduzido para o português. Dessa forma, o RDA é tratado como código por alguns autores e como uma norma por outros, podendo gerar ambivalências sobre sua conceituação, assim como, em sua utilização. Outro ponto que necessita ser destacado, é a produção científica sobre o novo código na América Latina. Segundo pesquisas sobre o

assunto, essa produção deve ser estimulada com maior intensidade, afinal, para compreender o RDA é fundamental estudá-lo e discuti-lo.

Constata-se, ademais, que o RDA impactará o futuro do catalogador e da catalogação, pois sua estrutura foi desenvolvida para o ambiente tecnológico atual, no qual espera-se que a informação esteja rapidamente acessível e que agregue os principais dados sobre um recurso. Dessa forma, é necessário que os catalogadores estejam continuamente estudando os novos recursos e regras de catalogação, desenvolvendo assim registros de informação completos e oferecendo ao usuário dados além daqueles que ele buscava em primeiro lugar.

Por fim, considera-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o RDA e a sua utilização na América Latina, realizadas preferencialmente por autores que conheçam a realidade de nossas bibliotecas. Os relatos apresentados neste trabalho são um indicativo sobre os principais fatores observados pelas instituições na adoção do RDA, e podem atestar, entre outras coisas, a relevância de se estudar e implementar este código para a melhoria do acesso e uso das informações contidas nos catálogos das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 22, n. 50, p. 176-187, 6 set. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176/34701>>.

Acesso em: 11 set. 2020.

ARAKAKI, Ana Carolina Simionato. O modelo IFLA Library Reference Model e o Linked Data. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 163-186, out. 2020. ISSN 1981-8920. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41868>>. Acesso em: 11

fev. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p163>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva. Repensando questões políticas e tecnológicas em tempos de RDA. In: ASSUMPCÃO, Fabrício Silva; PEREIRA, Ana Maria; TEXEIRA, Marcelo Votto. **RDA**: perspectivas teóricas e práticas no Brasil. Florianópolis: Udesc, 2020. p. 73-101.

Disponível em: <<https://rdanobrasil.org/wp-content/uploads/2020/12/2020-rda-perspectivas-teoricas-e-praticas-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; ZAFALON, Zaira Regina. El control de autoridades en el dominio bibliográfico: los catálogos digitales. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], n. 68, p. 21-33, jan. 2018. ISSN 1562-4730. Disponível em:

<<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/342/307>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BARBER, E. E.; SALTA, G. Aproximaciones e intervenciones de la Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina con respecto a RDA: 2012-2017. **Información, cultura y sociedad**, n. 37, p. 41-58, 17 oct. 2017. Disponível em:

<<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/3750/3564>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Biblioteca_Central_Irm%C3%A3o_Jos%C3%A9_Ot%C3%A3o&oldid=59027173>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRAM stoker. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bram_Stoker&oldid=59138930>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DUNSIRE, Gordon. **Introducing IFLA-LRM**. Canberra, Austrália: RSC - RDA Steering Committee, 2018. 20 slides, color. Presented at “Resource description for the 21st Century” (Apresentado no seminário "Descrição de recursos para o século 21"). Disponível em: <<http://www.gordondunsire.com/pubs/pres/RDALRMACOC.pptx>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Editora da UDESC, 2019. ISBN: 978- 85-8302-179-7. Disponível em: <<https://rdanobrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/2019-anais-i-encontro-de-rda-no-brasil-udesc.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2020.

FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Brasília). Circular nº 54, de 24 de julho de 2020. Estabelece o regulamento de apresentação e entrega de monografia de graduação. **Universidade de Brasília**: Brasília, DF, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado Da Arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 4 dez. 2020.

HUBNER, M. L. F.; TEIXEIRA, M. V.; BAPTISTA, M. M. O RDA no controle de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 49–67, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3119>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IFLA. 2004. 1998. **Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos**: Informe final. Madrid: Ministerio de Cultura; IFLA. Disponível em: <[Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos \(FRBR\) \(ifla.org\)](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IFLA.2008. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

IFLA.2010. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. 2010. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

IFLA. 2011. **ISBD**: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada. (Ed. consolidada). La Haya; IFLA. Disponível em: <[ISBD Consolidated edition \(ifla.org\)](https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/isbd/isbd-consolidated-edition.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2021.

JOINT steering committee for development of RDA. **RDA**: resource description and access. Joint Steering Committee for Development of RDA (JSC RDA). 2015. Disponível em:

<<http://www.rda-jsc.org/archivedsite/rda.html#background>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

LEITE, Fernando César Lima. **Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do acesso aberto**. 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9753>>. Acesso em: 24 set. 2020.

LIBRARY of congress authorities. **Stoker, Bram, 1847-1912**. 2021. The Library of Congress. Disponível em: <<https://lccn.loc.gov/n79061014>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MACHADO, Raildo de Sousa. Recurso, descrição e acesso – RDA: breve descrição. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/506-2059.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2020.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. **Catálogo: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM**. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 128. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/336/780/6478-1>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. Resource Description and Access (RDA): mapeamento sistemático de literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, jan. 2020. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1313>>. Acesso em: 23 maio 2020.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. O novo padrão RDA sob a perspectiva das tarefas do usuário. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 345-364, 29 abr. 2016. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2414>. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75703>>. Acesso em: 11 set. 2020.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Produção científica acerca do novo código de catalogação RDA: análise bibliométrica de 2010 a 2014. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 298-311, 31 maio 2015. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40189>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MACIEL, Suelen Santos. **Resource description and access (RDA): impactos na adoção na biblioteca central irmão José Otão**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. 83 p. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Suelen%20Santos%20Maciel.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2020.

MARTÍNEZ ARELLANO, F.; SANTANA CHAVARRÍA, E.; ROSA VALGAÑÓN, P.. Implementación de las RDA en la Universidad Nacional Autónoma de México. **Palabra Clave (1666-2938)**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-27, 2017. Disponível em: <<http://search-eb.scohost.com.ez54.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=123434172&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MERING, Margaret. **The RDA workbook: learning the basics of resource description and access**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014. 190 p. Disponível em: <<https://b-ok.lat/book/2563342/84d9f0>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MEY, E. S. A.; GRAU, I. A.; BIAR, F. S. Resource Description and Access (RDA): prós e contras. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 43-52, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1847/1627>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Breve histórico dos catálogos e da catalogação. In: MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. Cap. 3. p. 59-93. Disponível em: <<https://dokumen.tips/documents/catalogacao-no-plural-eliane-meypdf.html>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

MODESTO, Fernando. O formato da RDA reformata a formatação do formato bibliográfico e a reforma do catalogador não informado. **Ofaj. Info home**, jun. 2011. Online/Offline Colunas. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=609>. Acesso em: 9 abr. 2021.

MODESTO, Fernando. **RDA em um breve panorama pessoal: parte III (III) - FRAD – requisitos funcionais para dados de autoridade**. 2014. Disponível em: <https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=819>. Acesso em: 11 set. 2020.

MORENO, Fernanda Passini. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.]**, v. 14, n. 27, p. 47-68, 25 maio 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n27p47>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n27p47/19684>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, p. 5, 30 dez. 2004. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2148>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

OLIVER, Chris. **Introducing RDA: a guide to the basics**. Chicago: American Library Association, 2010.

QUIROZ UBIERNA, Angela. Implementación de las RDA en Chile: pasado, presente y futuro. **Palabra Clave (1666-2938)**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–10, 2017. Disponível em: <<http://search-ebSCOhost-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=123434165&lang=pt-br&site=e-host-live>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RAMÍREZ MÉNDEZ, Stevens. ¿Es necesario cambiar las Reglas de Catalogación Angloamericanas (RCAA) por Recursos, Descripción y Acceso (RDA)? **E-Ciencias de La Información**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 1 jan. 2015. Universidad de Costa Rica. <http://dx.doi.org/10.15517/eci.v5i1.16925>. Disponível em:

<<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/eciencias/article/view/16925/17143>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

RDA copyright holders. **RDA Toolkit**. 2021. Coordenado por American Library Association, Canadian Federation of Library Associations, and CILIP: the Chartered Institute of Library and Information Professionals. Disponível em: <<http://access.rdatoolkit.org/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RDA steering committee. **Complete examples - authority records**. 2016. RSC/RDA/Complete Examples (Authority). Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/sites/default/files/rsc_rda_complete_examples_authority_april_2016.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RDA steering committee. **Complete examples - bibliographic records**. 2016. RSC/RDA/Complete Examples (Bibliographic). Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/sites/default/files/rsc_rda_complete_examples_bibliographic_april2016_0.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **Introdução 6ª edição reimpressão com alteração 2020**. 2020. Disponível em: <<https://www.amemoria.com.br/index.php>>. Acesso em: 5 mai. 2021.

RIVA, Pat; LE BOEUF, Patrick; ŽUMER, Maja. **IFLA Library Reference Model: um modelo conceitual para a informação bibliográfica**. Netherlands: IFLA (International Federation Of Library Associations and Institutions), 2017. 106 p. Tradução de: Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli *et al.* Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712-por.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2020.

SELBACH, Clarissa Jesinska *et al.* Catalogação com resource description and access (rda): relato de experiência na biblioteca central irmão José Otão (pucri). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 3, p. 729-733, 2020. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1719>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira *et al.* Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **Crb-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9835>>. Acesso em: 13 set. 2020.

STOKER, Bram. **Drácula**. São Paulo: Via Leitura, 2017. 382 p., 23 cm. (Clássicos da literatura universal). ISBN 9788567097374. Disponível em: <http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/1677826?guid=1613414531449&returnUrl=%2fsophia_web%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1613414531449%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d72794%2372794&i=24>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TEXEIRA, Marcelo Votto *et al.* Controle no fluxo de processos na catalogação: um estudo de caso na biblioteca central ir. José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 27, 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Anais do CBBB, 2017. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1924>>. Acesso em: 4 mai. 2021.

TUSO GONZÁLEZ, F. E. Prueba piloto de implementación del estándar de catalogación RDA en Colombia. **Palabra Clave (La Plata)**, v. 6, n. 2, p. e018, 27 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe018/8109>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

VITAL, L. P.; BRÄSCHER, M. Modelo FRSAD como base para a representação temática na descrição arquivística. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 2, 28 ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38326/20807>>. Acesso em: 3 nov. 2020.